

# Resultados de 2023



Empresa Luz e Força  
Santa Maria  
S/A

**Relatório da Administração e  
Demonstrações Contábeis Regulatórias  
de 2023**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

**SUMÁRIO**

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....</b>	<b>29</b>
Balancos patrimoniais regulatórios – Ativo.....	29
Balancos patrimoniais regulatórios – Passivo .....	30
Demonstrações dos resultados dos exercícios regulatórios .....	30
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios.....	32
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório e do resultado abrangente .....	33
<b>NOTAS EXPLICATIVAS .....</b>	<b>34</b>
1. Contexto operacional .....	34
2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica.....	34
3. Setor elétrico no Brasil.....	35
4. Base de preparação.....	35
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	38
6. Consumidores .....	38
7. Tributos .....	40
8. Almoxarifado operacional.....	42
9. Ativos financeiros setoriais .....	42
10. Repasse CDE .....	46
11. Outros ativos circulantes e não circulantes.....	47
12. Ativo imobilizado.....	47
13. Ativo intangível .....	52
14. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos.....	53
15. Fornecedores.....	55
16. Concessionárias e permissionárias .....	55
17. Empréstimos e financiamentos .....	56
18. Obrigações sociais e trabalhistas .....	57
19. Provisões.....	58
20. Imposto de renda e contribuição social .....	60
21. Dividendos.....	61
22. Encargos setoriais .....	62
23. Consumidores .....	64
24. Outros passivos circulantes e não circulantes.....	64
25. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.....	65
26. Patrimônio líquido .....	67
27. Receita operacional líquida .....	69
28. Custos não gerenciáveis – Parcela “A” .....	72
29. Custos gerenciáveis – Parcela “B” .....	72
30. Resultado financeiro .....	74
31. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário.....	75
32. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	79
33. Benefícios pós emprego.....	86
34. Saldo e transações entre partes relacionadas .....	87
35. Cobertura de seguros.....	89
36. Compromissos de longo prazo.....	89
<b>CARTA DE APROVAÇÃO .....</b>	<b>91</b>
<b>TERMO DE RESPONSABILIDADE .....</b>	<b>92</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias ....</b>	<b>93</b>

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

---

## MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

---

É com grande satisfação que compartilhamos o Relatório da Administração, relativo às demonstrações contábeis regulatórias, oferecendo uma análise detalhada da trajetória da Santa Maria ao longo do último ano. Nosso objetivo é proporcionar uma visão abrangente dos avanços, desafios e conquistas que moldaram nossa jornada em 2023.

Durante este ano, a missão de levar energia elétrica com qualidade a todos os cantos e para toda a sociedade permaneceu como a bússola orientadora de nossas iniciativas. Buscamos incessantemente ser reconhecidos como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil, fundamentados em valores sólidos: ética, transparência, segurança, competência, comprometimento e sustentabilidade.

Este relatório vai além de números e resultados; é uma narrativa que destaca nosso compromisso contínuo com a ética nos negócios, a transparência em nossas relações e a priorização da segurança e competência em todas as operações. Contamos com uma equipe qualificada, dedicada à excelência na prestação de serviços.

No último ano, estivemos empenhados em contribuir ativamente para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade, procurando incorporar práticas sustentáveis em cada aspecto de nossa atuação.

Agradecemos profundamente pela confiança e parceria de cada um de vocês.

Boa leitura.

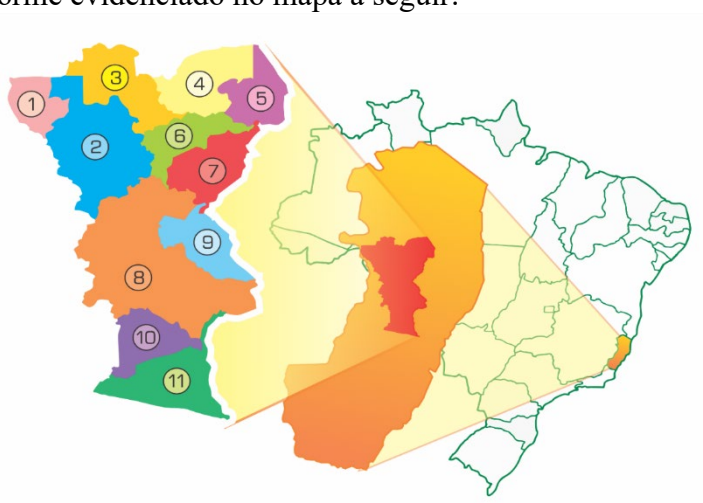
Arthur Arpini Coutinho  
Diretor-Presidente da Santa Maria

### 1. SOBRE A SANTA MARIA

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Colatina, Espírito Santo. Atua como concessionária de distribuição de energia elétrica, abrangendo 11 municípios em uma área de 4.994 km<sup>2</sup>. Atende cerca de 290 mil pessoas em 123,5 mil unidades consumidoras, sendo regulada pela ANEEL, com contrato vigente até 2045.

#### 1.1 Área de concessão

Geograficamente, a área de concessão da Santa Maria está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, conforme evidenciado no mapa a seguir:



1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindemberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).

A economia na região é diversificada, abrangendo atividades agrícolas, pecuárias e industriais. A agricultura, sobretudo na produção de café conilon, é de grande destaque.

Segundo dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (“INCAPER”), o Espírito Santo é o maior produtor de café conilon do Brasil, respondendo por cerca de 70% da produção nacional. A Região Noroeste, em particular, destaca-se ao contribuir com aproximadamente 41,5% dessa produção local. A cafeicultura na região concentra-se em áreas de topografia acidentada, liderada por pequenos produtores familiares que adotam tecnologias avançadas. Com mais de 70% das plantações irrigadas, a região demonstra uma infraestrutura agrícola robusta, influenciando diretamente o mercado da Companhia.

Desde sua fundação em 1946, a Santa Maria tem mantido um compromisso sólido com a eletrificação rural, inaugurando esse esforço em 1956 com a construção da usina de Tabocas, a 40 km de Colatina. A conexão com a usina de Rio Bonito impulsionou significativamente a disponibilidade de energia, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional.

## Resultados de 2023

A Santa Maria foi pioneira na universalização do fornecimento de energia elétrica, apresentando um dos maiores percentuais de consumo rural do país, atualmente em torno de 40% do mercado total. O setor residencial, por sua vez, contribui com aproximadamente 31% da energia distribuída pela Companhia.

Além disso, a região tem experimentado um crescimento nos setores de comércio e serviços, especialmente no município de Colatina, reconhecido por sua posição estratégica como centro comercial e de serviços na Região Noroeste.

### 1.2 Clientes

Ao longo do ano de 2023, foram conectados 2.185 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 1,8% em relação a 2022), totalizando 123.552 consumidores atendidos, conforme demonstrado a seguir:

<b>Consumidores cativos</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Residencial	76.295	74.630
Rural	34.460	33.789
Comercial, serviços e outros	10.067	9.860
Industrial	1.381	1.776
Demais classes	1.265	1.252
<b>Subtotal</b>	<b>123.468</b>	<b>121.307</b>
<b>Consumidores livres</b>		
Comercial, serviços e outros	35	20
Industrial	46	37
<b>Subtotal</b>	<b>81</b>	<b>57</b>
<b>Agentes de geração</b>		
Industrial	3	3
<b>Subtotal</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>123.552</b>	<b>121.367</b>
<b>Variação</b>	<b>1,80%</b>	<b>1,98%</b>

## Resultados de 2023

### 1.3 Sistema de distribuição

O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e cuidadosamente dimensionado, visando assegurar a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico. Os principais dados das instalações e ativos elétricos em serviço em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Descrição	2023	2022	Variação (%) 2023/2022
<b>Subestações</b>			
Quantidade	13	13	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	691	691	0,0
<b>Redes de distribuição próprias (Km)</b>			
AT (maior ou igual a 69 KV)	107	107	0,0
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.401	7.319	1,1
BT (menor que 1 KV)	801	787	1,7
<b>Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)</b>			
Urbano	1.471	1.432	2,7
Rural	16.660	16.165	3,1
<b>Potência instalada na distribuição própria (MVA)</b>			
Urbano	115	111	3,9
Rural	322	304	6,1
<b>Postes em redes de distribuição (Quantidade)</b>			
Urbano	24.659	24.271	1,6
Rural	66.919	65.821	1,7

A Companhia gerencia um sistema elétrico que abrange aproximadamente 107 km de linhas de distribuição, operando em tensões de 138 mil e 69 mil volts, conforme detalhado a seguir:

Linhas de distribuição	Extensão (km)
69 kV	50
138 kV	57

Esse sistema é composto por 13 subestações de distribuição, totalizando uma potência instalada de 691 MVA, evidenciando a capacidade da Santa Maria em lidar com demandas elétricas significativas. O parque de subestações categorizado por níveis de tensão é como segue:

Tensão	Quantidade	MVA
24,2 kV	6	43
69 kV	4	293
138 kV	3	355

Além disso, a Companhia mantém um sistema de distribuição de média tensão, com aproximadamente 7.401 km de redes operando entre 15 e 25 mil volts. Esta rede é equipada com 18.131 transformadores próprios, resultando em uma potência instalada de 437 MVA.

A Santa Maria também conta com uma frota de 95 veículos, predominantemente composta por caminhões e caminhonetes, destinados a oferecer suporte eficiente às suas operações. Essa abordagem

## Resultados de 2023

---

evidencia o compromisso da Companhia em garantir a eficácia operacional, a manutenção da infraestrutura elétrica e a satisfação dos clientes.

## 2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

---

- **Prêmio ABRADDEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica**

O Prêmio ABRADDEE transcende a mera celebração para se tornar um veículo de estímulo à cooperação e ao aprimoramento da gestão nas empresas associadas. Reconhecendo esforços em diversas categorias, visa impulsionar melhorias e consolidar-se como um indicador de excelência na qualidade dos serviços oferecidos pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil, ao longo de duas décadas.

Em 2023, a Santa Maria destacou-se como finalista em todas as categorias de "Empresas com menos de 500 mil consumidores". Na cerimônia de premiação, alcançou o 2º lugar na categoria "Responsabilidade Socioambiental" e o 3º lugar na categoria "Avaliação Pelo Cliente".

- **Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor**

O Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor é uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica que reconhece as distribuidoras com os melhores índices de satisfação dos consumidores. Essa premiação avalia diversos aspectos, incluindo fornecimento de energia e atendimento ao cliente, por meio de pesquisas de opinião. As distribuidoras que se destacam recebem o prêmio, fomentando a melhoria contínua e evidenciando a relevância da satisfação do consumidor no setor de energia elétrica no Brasil.

Em 2023, a Santa Maria foi finalista na categoria "Sul e Sudeste acima de 30 mil e até 400 mil unidades consumidoras" e obteve a 2ª colocação na premiação. A Companhia se destaca na 7ª posição geral, entre as 53 concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil.

## 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

---

### 3.1 Contexto setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

## Resultados de 2023

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

### 3.1.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. Considerando que em 2021 a Santa Maria se submeteu à 5ª revisão tarifária periódica, a próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2026.

### 3.1.2 Reajuste tarifário anual de 2023

Em setembro, foi homologado pela ANEEL o resultado do reajuste tarifário anual de 2023 da Santa Maria, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de -10,85%, sendo de -18,27%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de -9,50%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

Grupo de consumo	Variação tarifária
AT - Alta tensão (>2,3kV)	-18,27%
BT - Baixa tensão (<2,3kV)	-9,50%
<b>Efeito médio AT + BT</b>	<b>-10,85%</b>

O efeito médio de -10,85% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos das Parcelas A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET, para a formação da receita requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

A diferença entre os efeitos médios indicados acima decorre da variação dos itens de custo arrecadados pelas tarifas aplicadas à cada grupo. Parte dos consumidores de alta tensão, que optaram pelo mercado livre, não participam do rateio de custos arrecadados via tarifa de energia (TE). Assim, os componentes financeiros negativos que foram mais intensivos em TUSD contribuíram para um alívio maior a ser percebido nas tarifas dos consumidores de alta tensão.

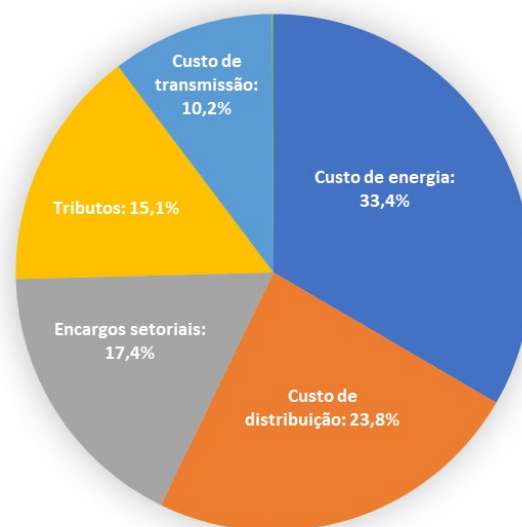
Na composição do efeito médio, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em -1,36%, enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável por 0,67%, conforme apresentado a seguir:



## Resultados de 2023

Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário	
		2023	2022
1	Encargos setoriais	-0,76%	8,72%
2	Custos de transmissão	-0,50%	1,95%
3	Custos de aquisição de energia	-0,08%	4,81%
4	Receitas irrecuperáveis	-0,02%	0,02%
<b>5</b>	<b>Total da Parcela A (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>-1,36%</b>	<b>15,50%</b>
<b>6</b>	<b>Total da Parcela B</b>	<b>0,67%</b>	<b>2,42%</b>
<b>7</b>	<b>Índice de Reposicionamento Tarifário (5 + 6)</b>	<b>-0,69%</b>	<b>17,92%</b>
8	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	-6,33%	7,34%
9	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	-3,83%	-5,22%
<b>10</b>	<b>Reajuste Total Médio das Tarifas (7 + 8 + 9)</b>	<b>-10,85%</b>	<b>20,04%</b>

A participação dos itens das Parcelas A e B na nova receita anual da Companhia, com tributos, é como segue:



### 3.2 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2023, o fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria atingiu 516,361 GWh, refletindo um aumento de +2,8% em comparação com 2022, quando o total foi de 502,440 GWh.

O desempenho positivo em 2023 é atribuído, principalmente, a fatores climáticos, incluindo um menor volume de chuvas e temperaturas mais elevadas ao longo do ano. Esses elementos impactaram notadamente as classes rural e residencial, as quais representam os maiores consumidores da Companhia, registrando variações positivas de +5,4% e +8,4%, respectivamente.

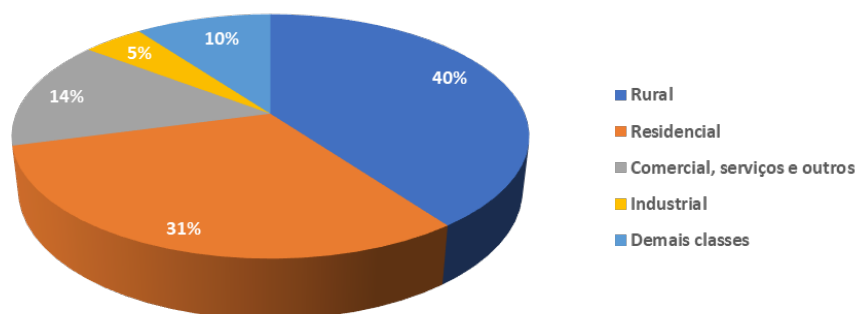
As classes comercial e industrial, por outro lado, apresentaram variações negativas de -5,9% e -24,5%, respectivamente, em comparação com 2022. Essa queda é predominantemente resultado da migração de consumidores cativos para o ambiente de contratação livre, ocorrida em 2023.

## Resultados de 2023

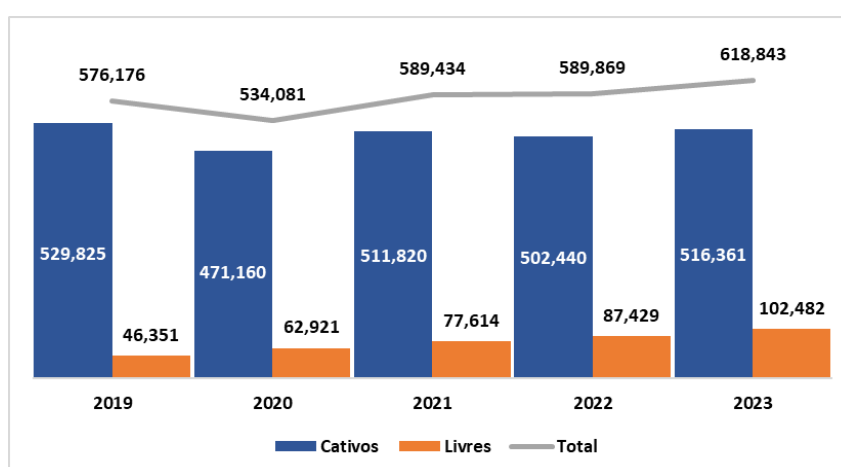
O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é detalhado da seguinte forma:

Classe de consumo	2023	2022	Varição (%) 2023/2022
Rural	206,091	195,490	5,4
Residencial	159,718	147,339	8,4
Comercial, serviços e outros	74,794	79,455	-5,9
Industrial	23,380	30,974	-24,5
Iluminação pública	18,808	18,899	-0,5
Poder público	18,634	15,980	16,6
Serviço público	14,203	13,622	4,3
Consumo próprio	0,733	0,681	7,6
<b>Total</b>	<b>516,361</b>	<b>502,440</b>	
<b>Variação</b>	<b>2,8%</b>	<b>-1,8%</b>	

A participação no mercado cativo da Santa Maria, por classe de consumidores, é demonstrada a seguir:



Ao final de 2023, a Companhia registrou 81 consumidores livres (57 em 2022). A evolução do mercado total (cativo e livre) na área de concessão da Santa Maria, em GWh, nos últimos 5 anos, é como segue:



Durante o ano de 2023, o mercado total atingiu a marca de 618,843 GWh, em comparação com os 589,869 GWh registrados em 2022. Este aumento reflete um crescimento de +4,91% na carga consumida ao longo desses dois anos.

## Resultados de 2023

### 3.3 Perdas

Anualmente, a Santa Maria intensifica suas ações de combate ao furto e à fraude, ao mesmo tempo que dedica esforços constantes para aprimorar os processos de fiscalização, visando a redução das ligações clandestinas.

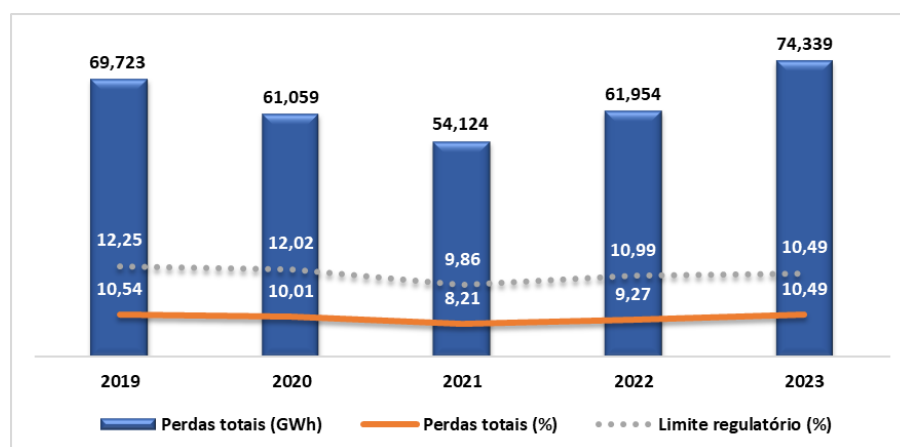
Em 2023, as perdas totais de energia elétrica da Companhia atingiram 74,339 GWh, correspondendo a 10,49%, em comparação com os 61,954 GWh (9,27%) registrados em 2022. O aumento de 1,22 ponto percentual situou as perdas totais da Companhia no limite regulatório estabelecido pela ANEEL. O comportamento dessas perdas é apresentado da seguinte forma:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2022	2023	2022	2023	2022	2023	
7,25	8,88	2,02	1,61	9,27	10,49	10,49

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%) 2023/2022
2022	2023	2022	2023	2022	2023	
48,437	62,941	13,517	11,398	61,954	74,339	19,99

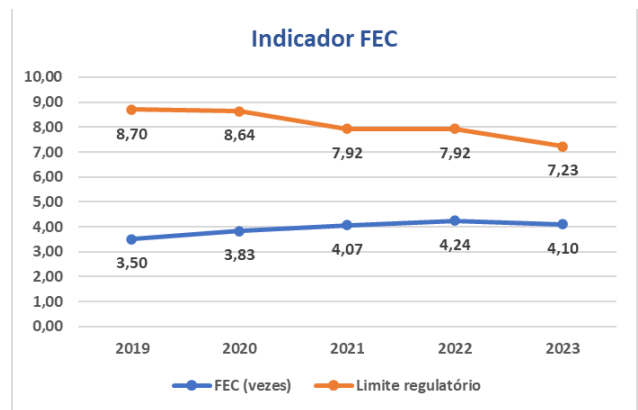
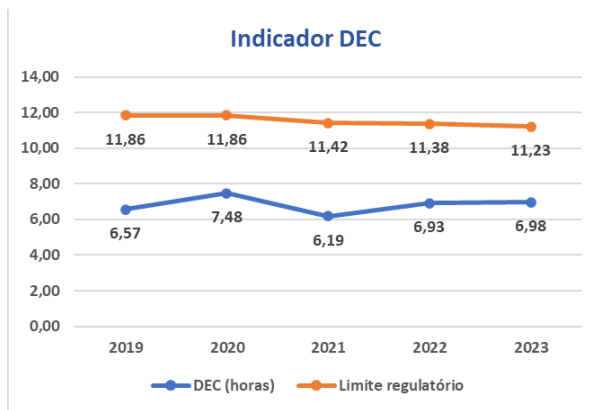
O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:



### 3.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:

## Resultados de 2023



### 3.5 Balanço energético

O balanço energético reflete a energia contratada para atender à demanda do mercado da Companhia, considerando as perdas na distribuição e na rede básica, com o saldo ajustado no mercado de curto prazo. Em 2023, a compra total de energia elétrica atingiu 624,248 GWh, em comparação com 650,152 GWh em 2022. Desse volume, os contratos bilaterais contribuíram com 19,1%, os CCEARs representaram 19,5%, os contratos de energia base compreenderam 41,9%, e o MCSD contribuiu com 19,5%. O balanço energético da Santa Maria, expresso em GWh, é detalhado da seguinte forma:

Suprimento (GWh)		Energia requerida 708,683	Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	119,079		516,361	Fornecimento
CCEARs (b)	121,589	15,501	Perdas na rede básica	
Energia Base (c)	261,338	62,941	Perdas técnicas	
MCSD (d)	122,242	11,398	Perdas não técnicas	
Mercado de curto prazo	-18,047	102,482	Energia em trânsito	
Energia em trânsito	102,482			

- Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda;
- Refere-se aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões);
- Refere-se ao Proinfra, às cotas de Angra I e II, às cotas de garantia física e à energia elétrica de Itaipu; e
- Refere-se ao mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica.

## Resultados de 2023

O balanço energético dos últimos 5 anos é apresentado a seguir:

Energia requerida	Balanço energético (GWh)				
	2023	2022	2021	2020	2019
<b>Venda de energia</b>	<b>516,361</b>	<b>502,440</b>	<b>511,820</b>	<b>471,160</b>	<b>529,825</b>
- Fornecimento	516,361	502,440	511,820	471,160	529,825
Consumidores livres	102,482	87,429	77,614	62,921	46,351
<b>Mercado atendido</b>	<b>618,843</b>	<b>589,869</b>	<b>589,434</b>	<b>534,081</b>	<b>576,176</b>
Perdas na rede básica	15,501	16,462	15,705	14,722	16,135
Perdas na distribuição	74,339	61,954	54,124	61,059	69,723
- Perdas técnicas	62,941	48,437	53,486	52,313	56,774
- Perdas não técnicas - PNT	11,398	13,517	0,638	8,746	12,949
PNT / Energia requerida %	1,61%	2,02%	0,10%	1,43%	1,96%
<b>Perdas totais - PT</b>	<b>89,840</b>	<b>78,416</b>	<b>69,829</b>	<b>75,781</b>	<b>85,858</b>
<b>PT / Energia requerida %</b>	<b>12,68%</b>	<b>11,73%</b>	<b>10,59%</b>	<b>12,43%</b>	<b>12,97%</b>
<b>Total</b>	<b>708,683</b>	<b>668,285</b>	<b>659,263</b>	<b>609,862</b>	<b>662,034</b>

### 3.6 Investimentos

#### 3.6.1 Investimentos em serviço

Em 2023, a Santa Maria investiu recursos da ordem de R\$ 23,2 milhões (R\$ 14,8 milhões em 2022), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Investimentos em serviço	2023	2022	Variação	
			(R\$ mil) 2023/2022	(%) 2023/2022
Linhas e redes de distribuição	20.443	14.105	6.338	44,9
Subestações	250	111	139	125,2
Sistema de medição	4.072	2.608	1.464	56,1
Veículos	3.074	1.490	1.584	106,3
Outros ativos	1.073	1.002	71	7,1
<b>Investimento bruto</b>	<b>28.912</b>	<b>19.316</b>	<b>9.596</b>	<b>49,7</b>
(-) Obrigações especiais	(5.684)	(4.510)	(1.174)	26,0
<b>Investimento líquido</b>	<b>23.228</b>	<b>14.806</b>	<b>8.422</b>	<b>56,9</b>

Os investimentos realizados em 2023 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica. Além disso, houve incremento nos investimentos em sistema de medição e veículos em relação a 2022.

## Resultados de 2023

### • Linhas e Redes de Distribuição

A Companhia destinou um investimento de R\$ 20,4 milhões para aprimorar sua rede de distribuição, com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento e reforçar a confiabilidade do sistema elétrico. Este esforço abrangeu a implementação de diversas melhorias, como o trifaseamento, reforço e interligação de alimentadores, instalação de religadores automáticos, atendimento a novos consumidores e a introdução de equipamentos voltados para a melhoria da qualidade na distribuição de energia elétrica.

Como resultado dessas iniciativas, observou-se um aumento na capacidade instalada, alcançando 23 MVA, e uma expansão da rede em 82 quilômetros. Destaca-se também a atenção especial à escolha de transformadores verdes, que utilizam óleo vegetal em vez de óleo mineral, representando um investimento de R\$ 8,2 milhões. Essa decisão não apenas reforça o compromisso ambiental da Santa Maria, mas também proporciona maior eficiência e segurança operacional.

Adicionalmente, a Companhia optou pela implementação de postes e cruzetas de fibra de vidro, reconhecidos por sua leveza, durabilidade e resistência às adversidades climáticas. Essa mudança contribui para agilizar os atendimentos e reduzir a necessidade de manutenções frequentes. A instalação de redes protegidas ou isoladas em áreas urbanas também foi priorizada, buscando minimizar os riscos de acidentes e interrupções, elevando assim a confiabilidade e segurança da rede elétrica.

Essas iniciativas refletem o compromisso da Santa Maria com a excelência operacional e a promoção de um futuro sustentável, alinhando-se às expectativas de um mercado cada vez mais consciente do impacto ambiental de suas escolhas.

### • Sistema de Medição

No total, foram investidos R\$ 4 milhões no sistema de medição, com destaque para a instalação de medidores eletrônicos e sistema de telemedição, representando, respectivamente, R\$ 2,7 milhões e R\$ 1 milhão. A telemedição possibilita a coleta remota de dados, reduzindo custos operacionais e permitindo uma gestão mais eficiente da rede. Outro ponto relevante foi a incorporação de medidores inteligentes nas operações da Santa Maria, proporcionando uma medição precisa e automatizada, otimizando o monitoramento do consumo de energia. Esses investimentos visam modernizar o sistema de medição da Companhia.

### • Veículos

O investimento no processo de renovação da frota de veículos totalizou R\$ 3 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$ 2 milhões destinados à aquisição de 9 caminhonetes de atendimento, utilizadas para garantir uma resposta rápida e eficiente nas operações diárias e em situações de emergência; R\$ 700 mil empregados na compra de 1 caminhão, essencial para o transporte de equipamentos pesados e apoio em obras e manutenções de maior porte; e R\$ 300 mil investidos em 2 veículos elétricos, financiados com recursos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, demonstrando o compromisso da Santa Maria com a inovação e sustentabilidade.

### 3.6.2 Investimentos em curso

A Companhia possui investimentos em curso, cujos montantes em 31 de dezembro são os seguintes:

Investimentos em curso	31/12/2023	31/12/2022	Variação (R\$ mil) 2023/2022	Variação (%) 2023/2022
Infraestrutura da concessão	74.192	17.075	57.117	334,5
(-) Obrigações especiais	(4.418)	(1.989)	(2.429)	122,1
<b>Total</b>	<b>69.774</b>	<b>15.086</b>	<b>54.688</b>	<b>362,5</b>

O crescimento dos investimentos em curso em relação ao ano de 2022 está predominantemente associado à execução do "Projeto Colatina 2". Diante da necessidade imperativa de ampliar a capacidade de atendimento e em busca contínua pela elevação da confiabilidade e qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica, a Santa Maria está atualmente em processo de implementação desse projeto, que envolve a instalação de uma nova subestação e duas linhas de distribuição, representando um marco significativo para a Companhia ao proporcionar uma segunda conexão ao Sistema Interligado Nacional (Rede Básica) e assegurar a disponibilidade de energia à região atendida nos próximos 10 anos.

Denominada SE Colatina 2, a nova subestação será conectada por uma linha de distribuição à SE João Neiva 2, parte integrante da Rede Básica. A SE João Neiva 2, localizada em João Neiva, tem se consolidado como um ponto robusto no sistema nacional, o que resultará em um substancial aumento na confiabilidade do fornecimento de energia elétrica para a Santa Maria, mediante a conexão da SE Colatina 2.

Para interligar a SE Colatina 2 às demais linhas e subestações da Companhia, será construída uma linha entre a nova subestação e uma linha já existente. A localização estratégica da subestação foi cuidadosamente escolhida para atender diversos critérios, incluindo facilidade de conexão com o sistema atual de alta tensão da Santa Maria, integração com as redes de média tensão existentes, atendimento às cargas locais em crescimento, expansão do sistema de alta tensão às regiões leste e norte da concessão, qualidade do terreno e proximidade com a subestação da Rede Básica.

Os elementos do Projeto Colatina 2 apresentam características específicas, destacando-se:

- **SE Colatina 2**

Subestação com transformações de nível de tensão em 138/69 kV e 69/25-15 kV, com quatro circuitos de alta tensão em 138 e 69 kV, expansível a até 9 circuitos de alta tensão; com 5 circuitos de distribuição de energia em 25 e 15 kV, expansível a até 10 circuitos de distribuição.

- **LD João Neiva 2 – Colatina 2**

Linha de distribuição em circuito duplo na tensão 138 kV, com aproximadamente 28,2 km de extensão, com torres metálicas.

- **LD Colatina 2 – Duas Vendinhas**

Linha de distribuição em circuito duplo na tensão 69 kV, com aproximadamente 15,6 km de extensão, com torres metálicas.

## Resultados de 2023

Este projeto demanda um investimento total estimado de R\$ 82 milhões, distribuídos de acordo com a seguinte alocação financeira: R\$ 30,2 milhões para a construção da SE Colatina 2, R\$ 31,4 milhões para a LD João Neiva 2 – Colatina 2, e R\$ 20,4 milhões para a LD Colatina 2 – Duas Vendinhas.

As fontes de recursos para este empreendimento abrangem 20% de recursos próprios, evidenciando o compromisso da Santa Maria com o desenvolvimento e aprimoramento de sua infraestrutura elétrica. Além disso, 80% do investimento será financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de captação direta, destacando a confiança e reconhecimento da Companhia na viabilidade e importância do projeto.

Essa diversificação nas fontes de financiamento destaca a abordagem equilibrada e estratégica adotada pela Santa Maria, assegurando a sustentabilidade financeira do projeto, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso da Companhia com a eficiência operacional e a satisfação contínua dos clientes. A parceria com o BNDES não apenas fortalece a viabilidade financeira, mas também ressalta o papel fundamental da Santa Maria na expansão e modernização da infraestrutura elétrica, contribuindo para o desenvolvimento regional e a oferta confiável de energia.

## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

### 4.1 Principais indicadores

Indicadores financeiros	Unidade	2023	2022	Variação
Ativo total	R\$ mil	480.035	378.197	26,93%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	45.662	49.301	-7,38%
Patrimônio líquido	R\$ mil	210.920	201.238	4,81%
Endividamento bruto	R\$ mil	41.308	1.008	3998,02%
Endividamento (caixa) líquido	R\$ mil	(4.354)	(48.293)	-90,98%
Indicadores de resultados				
Receita operacional bruta	R\$ mil	470.858	435.278	8,17%
Receita operacional líquida	R\$ mil	314.059	280.678	11,89%
EBITDA	R\$ mil	41.615	27.741	50,01%
EBITDA ajustado	R\$ mil	45.112	30.716	46,87%
Resultado financeiro	R\$ mil	5.146	6.459	-20,33%
Lucro líquido	R\$ mil	27.501	17.978	52,97%
Indicadores relativos				
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	14,36	10,94	31,26%
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado	%	-0,10	-1,57	-93,86%

Obs.: EBITDA ajustado inclui EBITDA mais participações estatutárias.



## Resultados de 2023

### 4.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia atingiu R\$ 470.858 em 2023, representando um aumento de R\$ 35.580 (8,2%) em relação a R\$ 435.278 em 2022. Já a receita operacional líquida registrou um acréscimo de R\$ 33.381 (11,9%) em 2023, totalizando R\$ 314.059, em comparação com R\$ 280.678 em 2022. A seguir, detalhamos as receitas operacionais da Santa Maria:

Descrição	2023	2022	Variação (R\$ mil)	
			2023/2022	Variação (%) 2023/2022
Fornecimento de energia e disponibilidade da rede	421.396	395.760	25.636	6,5
Energia de curto prazo – CCEE	4.234	5.230	(996)	-19,0
Ativos e passivos financeiros setoriais	(35.166)	(32.511)	(2.655)	8,2
Serviços cobráveis	633	727	(94)	-12,9
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	79.761	66.072	13.689	20,7
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>470.858</b>	<b>435.278</b>	<b>35.580</b>	<b>8,2</b>
(-) Tributos sobre a receita	(97.241)	(93.267)	(3.974)	4,3
(-) Encargos setoriais	(59.558)	(61.333)	1.775	-2,9
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>314.059</b>	<b>280.678</b>	<b>33.381</b>	<b>11,9</b>

Dentre os fatores determinantes para o crescimento da receita operacional líquida em 2023, destacam-se principalmente: (i) aumento de +6,5% da receita proveniente do fornecimento de energia e disponibilidade da rede, impulsionado pelo crescimento de +4,91% no consumo total de energia ao longo do ano; e (ii) crescimento de +20,7% da receita relacionada a subvenções vinculadas ao serviço concedido. Esse aumento resulta do maior consumo por parte de clientes com tarifas subsidiadas, especialmente irrigantes (+5,4%), consumidores livres (+17%) e residenciais de baixa renda (+15%). Além disso, o impacto do reconhecimento das subvenções ligadas ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) contribuiu para esse aumento.

## Resultados de 2023

### 4.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) aumentaram em R\$ 10.955 (+5,8%) em relação a 2022, atingindo R\$ 201.095 em comparação com os R\$ 190.140 registrados anteriormente. Já os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 82.012 em 2023, representando um aumento de +11,1% (R\$ 8.216) em relação a 2022, quando o montante registrado foi de R\$ 73.796. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria pode ser demonstrada da seguinte forma:

Descrição			Variação (R\$ mil)	Variação (%)
	2023	2022	2023/2022	2023/2022
<b>Gastos não gerenciáveis - Parcela A</b>	<b>201.095</b>	<b>190.140</b>	<b>10.955</b>	<b>5,8</b>
Energia elétrica comprada para revenda	146.145	130.634	15.511	11,9
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	54.950	59.506	(4.556)	-7,7
<b>Gastos gerenciáveis - Parcela B</b>	<b>82.012</b>	<b>73.796</b>	<b>8.216</b>	<b>11,1</b>
<b>PMSO</b>	<b>69.922</b>	<b>61.793</b>	<b>8.129</b>	<b>13,2</b>
Pessoal	36.730	32.556	4.174	12,8
Administradores	4.973	4.471	502	11,2
Materiais	3.863	3.742	121	3,2
Serviços de terceiros	15.254	13.367	1.887	14,1
Seguros	656	477	179	37,5
Doações, contribuições e subvenções	276	60	216	360,0
Provisões	1.601	1.028	573	55,7
(-) Recuperação de despesas	(636)	(619)	(17)	2,7
Tributos	620	766	(146)	-19,1
Gastos diversos	6.585	5.945	640	10,8
<b>Outros gastos operacionais</b>	<b>12.090</b>	<b>12.003</b>	<b>87</b>	<b>0,7</b>
Depreciação e amortização	14.160	13.974	186	1,3
Outras receitas operacionais	(3.603)	(3.629)	26	-0,7
Outras despesas operacionais	1.533	1.658	(125)	-7,5
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>283.107</b>	<b>263.936</b>	<b>19.171</b>	<b>7,3</b>

O aumento nos gastos não gerenciáveis (Parcela A) em 2023 resultou do maior volume de energia adquirida, especialmente por meio de contratos bilaterais (+19%) e do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) (+32%). Adicionalmente, o impacto das liquidações de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) também contribuiu para esse aumento.

Por outro lado, o aumento nos gastos gerenciáveis (Parcela B) foi impulsionado pelo crescimento das despesas com PMSO (pessoal, materiais, serviços e outros) em 2023, registrando um aumento de +13,2% (R\$ 8.129) em comparação com 2022.

## Resultados de 2023

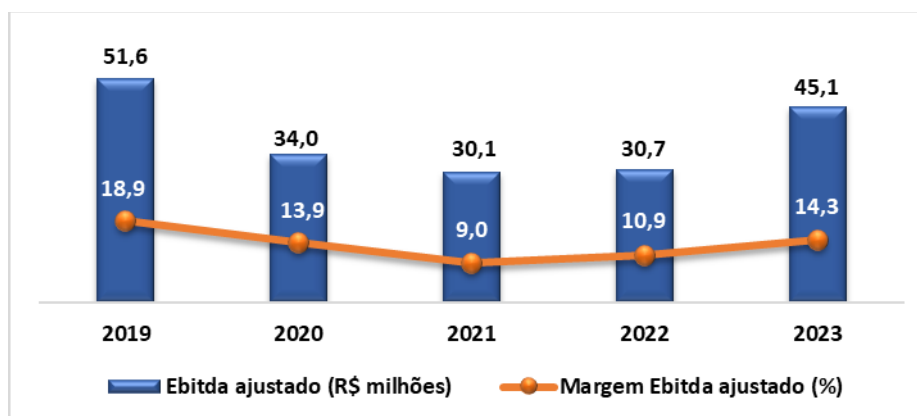
### 4.4 Lucro líquido e geração de caixa

Em 2023, a Santa Maria alcançou um lucro líquido de R\$ 27.501, representando um aumento de +53% em comparação com os R\$ 17.978 registrados em 2022. Da mesma forma, a geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 45.112, superando os R\$ 30.716 de 2022, refletindo um acréscimo de +46,9%. A evolução desses indicadores é detalhada abaixo:

Descrição	2023	2022	Variação (R\$ mil)	
			2023/2022	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	27.501	17.978	9.523	53,0
(+) Impostos	5.100	2.248	2.852	126,9
(+) Resultado financeiro	(5.146)	(6.459)	1.313	-20,3
(+) Depreciação e amortização	14.160	13.974	186	1,3
<b>(=) EBITDA</b>	<b>41.615</b>	<b>27.741</b>	<b>13.874</b>	<b>50,0</b>
(+) Participações estatutárias	3.497	2.975	522	17,5
<b>(=) EBITDA ajustado</b>	<b>45.112</b>	<b>30.716</b>	<b>14.396</b>	<b>46,9</b>

Obs.: EBITDA ajustado inclui EBITDA mais participações estatutárias.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do EBITDA ajustado da Companhia nos últimos 5 anos:



### 4.5 Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiu R\$ 45.662, ultrapassando o endividamento bruto. Nesse período, em razão das captações realizadas pela Santa Maria ao longo do ano, o caixa líquido diminuiu de R\$ 48.293 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4.354 em 31 de dezembro de 2023. Como resultado, a relação entre o caixa líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2023 foi de -9,7%. Abaixo estão detalhadas as dívidas de curto e longo prazos da Companhia em 31 de dezembro:

Descrição	2023	2022
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	1.576	640
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	39.732	368
<b>Endividamento bruto</b>	<b>41.308</b>	<b>1.008</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(45.662)	(49.301)
<b>Endividamento (caixa) líquido</b>	<b>(4.354)</b>	<b>(48.293)</b>
<b>Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado (%)</b>	<b>-9,7</b>	<b>-157,2</b>

## 5. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

### 5.1 Dimensão ambiental

Para a Santa Maria, a gestão ambiental está fundamentada no respeito ao meio ambiente, visando a identificação, controle, prevenção e compensação dos impactos ambientais decorrentes da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. O compromisso da Companhia é buscar a melhoria contínua dos processos, em estrita conformidade com a legislação e normas aplicáveis.

A Companhia empenha-se na obtenção de outorga e licenciamento ambiental para seus empreendimentos, com o intuito de minimizar os impactos ambientais resultantes de suas operações. Esse comprometimento se reflete na implementação de medidas mitigadoras e compensatórias, conforme determinado pelos órgãos ambientais competentes.

Para preservar a biodiversidade e proteger o patrimônio natural nas áreas de atuação, a Santa Maria realiza diversas atividades, como reflorestamento, monitoramento, execução e manutenção de aceiros, além de promover iniciativas de educação ambiental.

A intervenção mais significativa na biodiversidade está associada à necessidade de manutenção de corredores de linhas de distribuição, ocasionando inibição da regeneração natural da vegetação nas faixas de segurança e servidão das redes de distribuição, bem como impacto visual. A poda é realizada exclusivamente por profissionais habilitados e capacitados, com respeito ao meio ambiente e sem comprometer a segurança da população, sendo necessária para a preservação da qualidade na prestação do serviço.

Quanto à gestão hídrica, as atividades da Santa Maria não causam efeitos significativos sobre fontes hídricas em termos de retirada de água. A Companhia não recicla água em seus processos, porém, adota práticas de reutilização, direcionando a água proveniente dos aparelhos de ar condicionado e das chuvas para utilização nos sanitários da sede, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos.

### 5.2 Dimensão social

A Santa Maria atua ativamente no apoio e desenvolvimento de projetos que promovem a educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo e o desenvolvimento econômico e social nas comunidades em que está presente. Algumas das principais ações realizadas no último ano incluem:

- Doação para a Associação Amigas para o Bem Viver, uma ONG em Colatina que oferece apoio a pacientes no enfrentamento do câncer, fornecendo serviços como atendimento psicológico, jurídico, confecção de perucas e próteses mamárias.
- Apoio à campanha do Outubro Rosa em Colatina, destacando a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de mama.
- Apoio à campanha do Novembro Azul em Colatina, ressaltando a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de próstata.
- Montagem da tradicional árvore de Natal em Colatina.
- Continuidade do projeto Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, em parceria com o SENAI Colatina, objetivando qualificar profissionais interessados em trabalhar na área de distribuição de energia elétrica, com um curso gratuito de 380 horas.
- Apoio ao projeto Plantar é Viver, que vem crescendo a cada edição e ganhando importância na região noroeste capixaba, como propagador da consciência ambiental, principalmente entre as crianças. Além de educar, o projeto faz com que as pessoas coloquem a mão na massa com o plantio de árvores nativas.

## Resultados de 2023

- Doação de um gerador de energia de 10 CV ao projeto CEREIAS – Centro de Reintrodução de Animais Selvagens, localizado na cidade de Aracruz/ES.
- Doação de 82 brinquedos ao projeto social de crianças carentes localizado no bairro Colúmbia em Colatina.
- Doação para a Associação Colatinense de e para a Pessoa Portadora de Deficiência Visual - ACDV.
- Patrocinador oficial do Prêmio Biguá 2023 de Sustentabilidade. O Prêmio Biguá de Sustentabilidade tem como objetivo divulgar, valorizar e incentivar a preservação ambiental, premiando empresas, instituições, escolas e pessoas da sociedade que se destacam por praticar ações de proteção, recuperação, preservação e cuidado com o meio ambiente.

Essas iniciativas refletem o compromisso contínuo da Santa Maria com a responsabilidade social, fortalecendo seu papel como agente de transformação positiva nas comunidades em que atua.

### 5.2.1 Valorização da diversidade e inclusão corporativa

Santa Maria declara seu repúdio a comportamentos discriminatórios que comprometam a promoção da igualdade de oportunidades no ambiente interno e nas relações com seus consumidores, fornecedores e comunidade local.

Além disso, a empresa busca ativamente promover a diversidade em seus processos de recrutamento e promoção. Para isso, mantém um programa específico de contratação de pessoas com deficiência, não apenas para atender às exigências legais, mas, principalmente, para fomentar a inclusão desse público no mercado de trabalho.

### 5.2.2 Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

No ano de 2023, prosseguiu-se com a execução do projeto denominado "Desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de baixo custo, visando à otimização da operação de PCH's e CGH's". O objetivo principal deste projeto é o desenvolvimento abrangente do sistema denominado SisM-GH, englobando hardware, firmware e software para monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGH's) e Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's). Este sistema fundamenta-se nas atuais tecnologias de Internet das Coisas (IoT) e Computação em Nuvem (Cloud Computing), incorporando sensores de grandezas elétricas, leitores de níveis de água, equipamento de comunicação e transmissão de dados pela internet.

O investimento total projetado para este empreendimento é de R\$ 637 mil, com uma extensão do prazo de execução de 24 para 46 meses. Esta prorrogação se justificou, principalmente, devido à pandemia do coronavírus, que ocasionou impedimentos nas atividades por vários meses.

Paralelamente, no mesmo ano, foi iniciado o projeto "Desenvolvimento e implantação de novo modelo de tarifação dinâmica para recarga de veículos elétricos em rede de eletropostos na área de concessão da Santa Maria". Este projeto, inserido na esfera da mobilidade elétrica, visa oferecer uma solução eficaz para a tarifação adequada do serviço de recarga de veículos elétricos, cuja demanda encontra-se em constante crescimento.

Atualmente, a maioria dos carregadores de veículos elétricos de uso público no Brasil ainda opera de forma gratuita, mas a tendência começou a mudar em 2022, com a introdução dos primeiros eletropostos pagos. Diante das incertezas regulatórias e tributárias quanto às formas de cobrança, os órgãos competentes estão trabalhando para fornecer respostas a essas questões. Já existem casos de carregadores sendo tarifados, utilizando diferentes métricas, como consumo em kWh, tempo de uso (minutos) e uma taxa fixa por recarga.

## **Resultados de 2023**

O projeto propõe um modelo de tarifação baseado em uma função multivariável, considerando diversos parâmetros, tais como horário de utilização dos carregadores, procura pelo uso, características técnicas da rede de distribuição e instalação elétrica local, além da potência do conector e da recarga. Apesar da variedade de parâmetros e metodologias possíveis para o desenvolvimento de um modelo de tarifação, o projeto busca uma solução prática, definindo e calibrando os parâmetros de maneira adequada ao contexto da Santa Maria.

O investimento total previsto para este projeto é de R\$ 1,9 milhão, com um prazo de execução de 30 meses, incluindo a previsão de aquisição de equipamentos de recarga para instalação em pontos estratégicos na área de concessão da Santa Maria, bem como veículos elétricos.

### **5.2.3 Eficiência energética**

No ano de 2023, foram concluídos dois projetos de eficiência energética, denominados "Santa Maria Ilumina II (SMI II)" e "Iluminando Talentos com Eficiência I (ITE I)".

Através do projeto "Santa Maria Ilumina I (SMI I)", houve a substituição de 1.529 lâmpadas e reatores convencionais por 1.516 luminárias de tecnologia LED. Este projeto abrangeu os municípios de Água Branca, São Domingos do Norte e Vila Valério, resultando em uma economia de quase 600 MWh/ano e uma redução de demanda no período de ponta do sistema elétrico de mais de 140 kW. O investimento total foi de R\$ 1,2 milhão, aproximadamente 17,5% abaixo do valor previsto.

Por meio do projeto "Iluminando Talentos com Eficiência I (ITE I)", foram substituídos 64 refletores do Estádio Municipal Justiniano de Mello e Silva, em Colatina, por refletores de tecnologia LED, resultando em melhor iluminação do estádio, economia de energia e redução de demanda na ponta. O investimento total foi de R\$ 394 mil, cerca de 19% abaixo do valor previsto.

Além do encerramento desses projetos, foi iniciado o projeto "Santa Maria Ilumina III (SMI III)", que prevê a substituição de 1.500 lâmpadas e reatores convencionais por luminárias de tecnologia LED no município de São Gabriel da Palha. O prazo estimado é de 12 meses, com um investimento previsto de R\$ 1,5 milhão.

Na última semana de 2023, a ANEEL enviou o parecer de avaliação final do projeto "Energia Solar I (ES I)". Este projeto, realizado entre dezembro de 2015 e maio de 2017, atendeu 250 unidades consumidoras de baixa renda com a instalação de kits de geração de energia solar fotovoltaica. A Santa Maria foi a primeira distribuidora a realizar um projeto desse porte para atendimento individualizado de unidades consumidoras de baixa renda. O investimento total foi de R\$ 2,7 milhões, tornando-se o projeto de eficiência energética de maior valor monetário já executado pela Companhia. O reconhecimento integral desse projeto reforça o alinhamento efetivo desde a fase de estruturação técnica até a submissão da documentação à ANEEL para avaliação final.

### **5.2.4 Gestão de pessoas**

O departamento de gestão de pessoas da Santa Maria vai além das tradicionais atividades de recrutamento, seleção e alinhamento de talentos com a cultura e objetivos da Companhia. Buscamos também promover uma interação contínua com os gestores, visando proporcionar aos colaboradores uma integração mais efetiva, satisfação, produtividade e continuidade no ambiente de trabalho. Isso inclui atender às demandas de pessoal, mediar conflitos e criar um ambiente propício para o desenvolvimento de um trabalho eficiente.

No ano de 2023, a Santa Maria concluiu com êxito a terceira turma de eletricitas de distribuição, resultado de uma parceria duradoura entre a Companhia e o SENAI Colatina. O sucesso é evidenciado pelo elevado percentual de formandos que foram contratados e ainda permanecem ativos na Santa

## Resultados de 2023

Maria, ultrapassando 85%. Além disso, essa iniciativa representa um investimento social significativo ao oferecer qualificação gratuita à população.

Atualmente, a Santa Maria mantém 17 aprendizes no SENAI, os quais cursam Técnico em Eletrotécnica, com uma carga horária total de 1.280 horas, sendo 640 horas destinadas a aulas práticas e 640 horas a aulas teóricas. Essa abordagem está alinhada com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, a Lei Federal 10.097 de 19/12/2000 e o Decreto nº 9.579 de 22 de novembro de 2018. Os aprendizes, ao apresentarem um bom desempenho no curso, têm a oportunidade de serem contratados pela Santa Maria em futuras vagas disponíveis.

Ao final de 2023, a Companhia contava com 357 colaboradores integrando o seu quadro funcional, sendo 337 contratados sob regime CLT, 17 aprendizes e 3 estagiários, compreendendo uma composição sólida e dedicada.

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	43	14%	8	15%	51	14%
Engenheiros, especialistas e analistas	74	24%	29	55%	103	29%
Eletricistas, técnicos e operadores	187	62%	16	30%	203	57%
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>100%</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>	<b>357</b>	<b>100%</b>

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 202 colaboradores terceirizados.

No último exercício, foram registrados 50 admissões e 32 desligamentos.

O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia ao final de 2023 está apresentado a seguir:

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	94	26%
Ensino médio	184	52%
Ensino fundamental	79	22%
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>100%</b>

Na área de treinamento e desenvolvimento, os gerentes, juntamente com seus supervisores, realizam anualmente um Levantamento de Necessidades de Treinamento – LNT para sua equipe. Uma vez aprovado, o LNT torna-se um Plano de Treinamento acompanhado e revisado durante o ano, cumprido mediante a participação em eventos de cursos, seminários, palestras etc., visando melhorar o desempenho dos colaboradores. Segue abaixo a lista de alguns treinamentos da Santa Maria realizados no ano de 2023:

### • Treinamentos obrigatórios

- NR - 10 - Segurança em trabalhos com eletricidade - Reciclagem - (16 horas);
- NR - 10 - Segurança em trabalhos com eletricidade - Formação - (40 horas);
- NR - 10 - Segurança em trabalhos com eletricidade (SEP) - Formação (40 horas);
- NR - 11 - Operador de guindauto - Formação - (20 horas);
- NR - 12 - Operador de guindauto (cesto aéreo) - Formação (20 horas);
- NR - 20 - Segurança e saúde com inflamáveis e combustíveis - Formação (2 horas);
- NR - 35 - Trabalho em altura - Reciclagem (8 horas);
- NR - 35 - Trabalho em altura - Formação (16 horas);
- NR - 12 - Operação de motopoda - Formação (10 horas);
- NR - 12 - Operação de motosserra - Formação (10 horas);
- NR - 5 - Prevenção de acidentes para membros da CIPA - Formação (20 horas); e

## **Resultados de 2023**

Curso de reciclagem de brigadistas eventuais - NT 07/CBMES.

- **Treinamentos internos e externos**

Processos setoriais;

Integração de novos colaboradores;

Curso de aperfeiçoamento para atendimento a clientes - "Entender para atender";

Eletricista de rede de distribuição de energia elétrica; e

Excel básico e avançado.

Com a mesma preocupação com a saúde de seus colaboradores dos anos anteriores, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra a gripe (Vacina Antigripal - Gesto e Dose de Vacina Contra Influenza Quadrivalente), imunizando mais de 280 colaboradores no primeiro semestre de 2023. As doses foram adquiridas pela Santa Maria na rede privada, sem custo para os empregados.

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, dentre outros temas.

### **5.2.5 Fornecedores**

A Santa Maria adota uma política de seleção e avaliação de fornecedores que abrange não apenas fatores como qualidade, preço e prazo, mas também critérios e exigências relacionados ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal. Além disso, todos os contratos estabelecidos incluem uma cláusula específica que proíbe o trabalho infantil.

Os principais produtos e serviços que compõem a cadeia imediata de suprimentos da Companhia são: transformadores, postes, cabos, construção de rede e limpeza de faixas de servidão.

### **5.2.6 Clientes**

A relação da Santa Maria com seus diversos segmentos de clientes é norteada pela busca incessante da excelência nos serviços, visando à plena satisfação desse público.

Para avaliar e aprimorar continuamente esse relacionamento, a Companhia participa, anualmente, das avaliações promovidas pela Aneel, concentrando-se nos clientes residenciais, e pela Abradee, que abrange clientes residenciais, comerciais e industriais.

A Santa Maria mantém diversos canais de relacionamento para proporcionar aos seus clientes uma interação facilitada. Esses canais incluem a central de atendimento, o site, o aplicativo para celular, o WhatsApp e as agências de atendimento presencial. Ao longo do ano de 2023, registramos um total de 326.837 atendimentos (em comparação com os 279.767 em 2022), distribuídos da seguinte forma: 97.041 através da central de atendimento, 12.795 via site e aplicativo para celular, 87.433 pelo WhatsApp e 129.568 nas 12 agências de atendimento presencial.

Além desses meios, a empresa conta com uma estrutura de ouvidoria, responsável por acolher reclamações, sugestões, denúncias e elogios dos clientes. A ouvidoria garante respostas a todas as manifestações, além de intermediar com a ouvidoria da ANEEL, agindo de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês. Ela atua como representante dos direitos do cliente perante a Santa Maria. Os clientes podem acessar o serviço de ouvidoria por telefone, e-mail, carta, site, aplicativo para celular, formulários e atendimento presencial, sempre que as manifestações relacionadas à prestação de serviço e aos direitos do consumidor não forem resolvidas pelos canais



## Resultados de 2023

de atendimento de primeira instância. Em 2023, a ouvidoria da Santa Maria recebeu 348 contatos de clientes (contra 415 em 2022), abrangendo 3 sugestões, 2 elogios, 106 reclamações e 237 pedidos de informação. Este compromisso com o atendimento e a resolução de questões evidencia a dedicação da Santa Maria em assegurar a satisfação e a transparência nas interações com seus clientes.

### 5.3 Governança corporativa

#### 5.3.1 Referencial estratégico

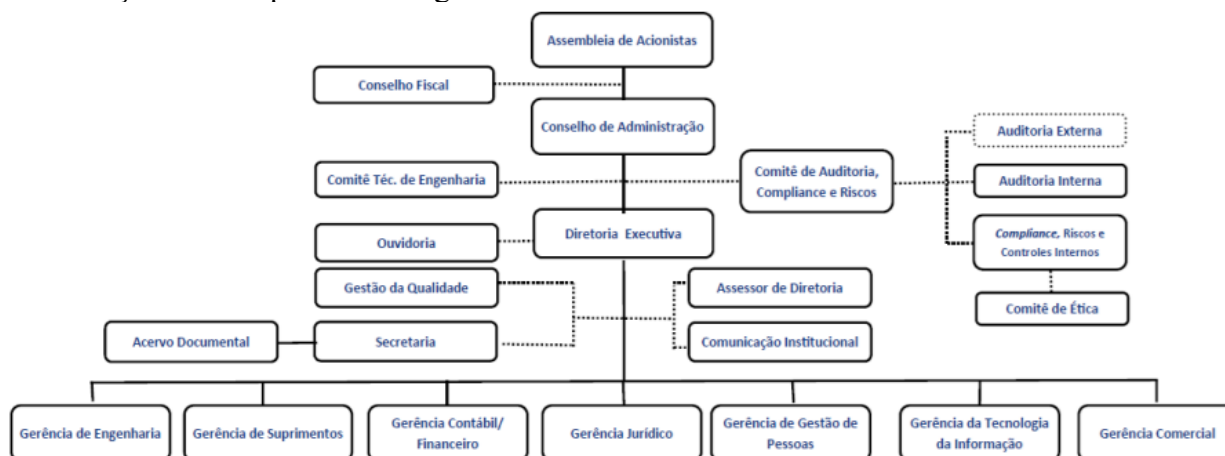
A Companhia segue as orientações delineadas em seu plano de negócios, o qual serve como referência para a administração, fornecendo direcionamento estratégico e estabelecendo metas a serem atingidas.

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Levar energia elétrica com qualidade a todos os cantos e para toda sociedade.	Ser reconhecida como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil.	Ética Transparência Segurança Competência Comprometimento Sustentabilidade

Ética	Agir respeitando as regras e preceitos morais dos indivíduos e da sociedade.
Transparência	Clareza no relacionamento com seus clientes, colaboradores, fornecedores, investidores e demais integrantes da sociedade.
Segurança	Zelar pela vida como bem maior.
Competência	Dispor de profissionais qualificados trabalhando em equipe, buscando a excelência na prestação dos serviços.
Comprometimento	Compromisso em contribuir com o desenvolvimento de todos os setores da sociedade.
Sustentabilidade	Buscar a longevidade do negócio incluindo diretrizes de responsabilidade social e ambiental.

### 5.3.2 Estrutura de governança

A Santa Maria fundamenta sua governança nos princípios da ética e transparência, esforçando-se por adotar as melhores práticas de mercado para criar valor e diferenciais em sua gestão. A estrutura de administração da Companhia é a seguinte:



### 5.3.3 Assembleia geral

O nível mais alto da estrutura de administração da Companhia é a assembleia geral. A Santa Maria empenha esforços adicionais para salvaguardar os interesses de todos os seus acionistas, garantindo estatutariamente um dividendo mínimo, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Adicionalmente, a Companhia opta por creditar juros sobre o capital próprio, em conformidade com o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

### 5.3.4 Conselho de administração

O conselho de administração da Companhia é composto por 5 membros eleitos pela assembleia geral, incluindo um membro independente, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Este conselho é encarregado de estabelecer as diretrizes gerais para os negócios da Santa Maria. Sua missão central é proteger e valorizar o patrimônio da Companhia, adotando uma abordagem estratégica para otimizar o retorno do investimento.

#### Conselho de administração

Presidente	Cícero Machado de Moraes
Vice-Presidente	Miguel Coutinho Coelho da Silva
Membro	Renata Barbieri Coutinho
Membro	Angelo Arpini Coutinho Filho
Membro Independente	Fernando Antonio Moreira Calaes

### 5.3.5 Conselho fiscal

Representa os acionistas por meio de sua função fiscalizadora, garantindo a prosperidade e continuidade da Companhia, e o cumprimento dos deveres legais e estatutários, dentro dos princípios da ética, equidade e transparência. É composto por três membros efetivos e dois membros suplentes.

Conselho fiscal	
Presidente	Daniel Berselli Marinho
Membro	Clóvis A. Pereira Pinto
Membro	Massao Fábio Oya
Membro Suplente	Gustavo Bateman Pela
Membro Suplente	Maria Elvira Lopes Gimenez

### 5.3.6 Diretoria executiva

A diretoria executiva da Santa Maria é composta por 3 diretores, sendo um presidente, um vice-presidente e um diretor sem denominação, todos eles eleitos pelo conselho de administração para um mandato de 3 anos, com a possibilidade de reeleição. Este órgão é encarregado da execução das diretrizes e políticas estabelecidas pelo conselho de administração.

Diretoria executiva	
Diretor-Presidente	Arthur Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente	Angelo Arpini Coutinho
Diretor	Angelo André Bosi

### 5.3.7 Comitês

Para o apoio e fiscalização da gestão, a Companhia dispõe de órgãos de assessoramento que mantêm diferentes linhas de reporte, prestando suporte aos tomadores de decisão em relação a temas específicos. Estes órgãos são:

- **Comitê de auditoria, compliance e riscos**

Órgão composto por três membros, sendo um conselheiro independente da Companhia. Sua função é assessorar o conselho de administração de forma autônoma, avaliando os atos da administração e incentivando a adoção das melhores práticas de mercado em questões relacionadas a contabilidade, gerenciamento de riscos, compliance ético, controles internos e auditoria.

- **Comitê de ética**

Formado por membros da diretoria executiva e gerentes, é responsável por assegurar o cumprimento das diretrizes corporativas e a execução das metas relacionadas à conduta ética. Institui ações de sensibilização, conscientização e promoção de boas práticas profissionais, em conformidade com os compromissos da Companhia.

- **Comitê técnico de engenharia**

Órgão composto por três membros, sendo um conselheiro de administração da Companhia. Sua função é garantir a operação segura, eficiente e confiável da rede elétrica, assegurando que a infraestrutura de distribuição atenda aos mais altos padrões técnicos, regulatórios e de segurança.

### 5.3.8 Ética e integridade

A Santa Maria repudia a prática de corrupção e propina. As normas estabelecidas no código de conduta ética e integridade da Companhia são amplamente divulgadas tanto interna quanto externamente. No tocante às interações com autoridades, agentes e fiscais do poder público em todos os níveis, a Santa Maria compromete-se a não apoiar nem participar de processos que visem a manipulação de editais de concorrência.

A Companhia disponibiliza um canal exclusivo para o registro de denúncias ou esclarecimentos, garantindo sigilo e confidencialidade. Todas as denúncias registradas nesse canal são submetidas ao comitê de ética, responsável pela apuração dos fatos. Caso se confirme a violação ao código de conduta ética e integridade, são aplicadas as penalidades previstas na matriz de responsabilidades.

Por meio de suas políticas, da gestão de seus colaboradores e do código de conduta ética e integridade, a Santa Maria se compromete a conduzir suas operações em conformidade com a declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho, assim como com os Princípios do Pacto Global em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A Santa Maria mantém diretrizes adicionais para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais em todas as suas relações de negócios.

### 5.3.9 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos integra a estrutura do departamento de riscos e controles internos da Santa Maria. Este departamento monitora e auxilia os responsáveis em cada área a lidar com os riscos por meio do preenchimento da matriz de riscos e oportunidades, que abrange todas as etapas desse gerenciamento. A diretoria executiva, com o suporte do departamento de riscos e controles internos, é responsável pelas ações destinadas a diagnosticar, prevenir, apurar e monitorar os riscos na Santa Maria.

Os riscos abordados na gestão da Santa Maria são classificados, no mínimo, como econômico-financeiros (de mercado, de liquidez, financeiros e de crédito) e não econômico-financeiros (operacionais, regulatórios, estratégicos, de reputação, socioambientais e de concentração).

### 5.3.10 Programa de integridade

Direcionada para uma evolução contínua, a Santa Maria deu um passo significativo com a implementação do programa de integridade, alinhando-se às melhores práticas de governança.

Além do código de conduta ética e integridade, foram adotadas, entre outras medidas, a política de prevenção e detecção de atos de natureza ilícita e a política para contratação de terceiros. Estas políticas, em conjunto com os procedimentos já existentes, fortaleceram os controles internos dos processos executados na Companhia.

## 6. AUDITORES INDEPENDENTES

---

A Companhia não contratou da Mazars Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços correlatos de auditoria por exigência da ANEEL e do BNDES. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

### Balancos patrimoniais regulatórios – Ativo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A  
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balancos patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.662	49.301
Consumidores	6	55.226	41.027
Concessionárias e permissionárias	16	-	172
Tributos correntes	7.1	2.822	2.129
Almoxarifado operacional	8	2.152	1.740
Ativos financeiros setoriais	9	-	940
Despesas pagas antecipadamente	35.1	424	339
Repasse CDE	10	27.366	2.968
Outros ativos circulantes	11	1.830	830
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>135.482</b>	<b>99.446</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Tributos correntes	7.1	3.832	1.154
Depósitos judiciais e cauções	19.4	494	34
Outros ativos não circulantes	11	556	1.195
Imobilizado	12	332.632	269.461
Intangível	13	3.006	1.865
Direito de uso de ativos	14.1	4.033	5.042
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>344.553</b>	<b>278.751</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>480.035</b>	<b>378.197</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Resultados de 2023

### Balancos patrimoniais regulatórios – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A  
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balancos patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	15	28.702	25.353
Concessionárias e permissionárias	16	3.690	-
Passivo de Arrendamentos	14.2	1.167	1.080
Empréstimos e financiamentos	17	1.576	640
Obrigações sociais e trabalhistas	18	7.890	9.849
Tributos correntes	7.1	15.344	6.682
Dividendos	21	10.717	15.195
Encargos setoriais	22	6.176	5.629
Passivos financeiros setoriais	9	41.313	-
Consumidores	23	71	5.617
Outros passivos circulantes	24	6.738	2.596
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>123.384</b>	<b>72.641</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Passivo de Arrendamentos	14.2	4.086	5.252
Empréstimos e financiamentos	17	39.732	368
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.868	-
Tributos correntes	7.1	6.515	5.570
Tributos diferidos	7.2	11.869	14.029
Provisões	19	531	356
Outros passivos não circulantes	24	856	1.156
Obrigações vinculadas à concessão	25	80.274	77.587
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>145.731</b>	<b>104.318</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>269.115</b>	<b>176.959</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	26		
Capital social	26.1	150.000	135.000
Reservas de lucro	26.2	32.240	33.759
Outros resultados abrangentes	26.3	28.680	32.479
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>210.920</b>	<b>201.238</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>480.035</b>	<b>378.197</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

### Demonstrações dos resultados dos exercícios regulatórios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A  
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Operações em continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>			
Fornecimento de energia elétrica		179.553	199.692
Energia elétrica de curto prazo		4.234	5.230
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		241.843	196.068
Ativos e passivos financeiros setoriais		(35.166)	(32.511)
Serviços cobráveis		633	727
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		79.761	66.072
<b>Total da receita bruta</b>		<b>470.858</b>	<b>435.278</b>
<b>Tributos</b>			
ICMS		(58.953)	(58.425)
PIS-PASEP		(6.830)	(6.215)
Cofins		(31.458)	(28.627)
<b>Total dos tributos</b>		<b>(97.241)</b>	<b>(93.267)</b>
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.972)	(1.408)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.168)	(1.408)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(56.013)	(58.140)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(405)	(377)
<b>Total dos encargos - Parcela "A"</b>		<b>(59.558)</b>	<b>(61.333)</b>
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	27	<b>314.059</b>	<b>280.678</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(146.145)	(130.635)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(54.950)	(59.505)
<b>Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	28	<b>(201.095)</b>	<b>(190.140)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>112.964</b>	<b>90.538</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e administradores		(41.703)	(37.027)
Material		(3.863)	(3.742)
Serviços de terceiros		(15.254)	(13.367)
Seguros		(656)	(477)
Doações, contribuições e subvenções		(276)	(60)
Provisões		(1.601)	(1.028)
(-) Recuperação de despesas		636	619
Tributos		(620)	(766)
Depreciação e amortização		(14.160)	(13.974)
Gastos diversos		(6.585)	(5.945)
Outras receitas operacionais		3.603	3.629
Outras despesas operacionais		(1.533)	(1.658)
<b>Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	29	<b>(82.012)</b>	<b>(73.796)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>30.952</b>	<b>16.742</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras		(6.088)	(11.080)
Receitas financeiras		11.234	17.539
<b>Total do resultado financeiro</b>	30	<b>5.146</b>	<b>6.459</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>36.098</b>	<b>23.201</b>
Imposto de renda	20	(3.026)	(1.306)
Contribuição social	20	(2.074)	(942)
Participações estatutárias	34	(3.497)	(2.975)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>27.501</b>	<b>17.978</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		27.501	17.978
<b>Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	29	19.228	18.760
Amortização	29	117	113
Amortização do direito de uso	29	1.009	1.009
Amortização das obrigações especiais	25	(5.427)	(5.230)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	30	1.621	(758)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	30	(505)	558
Resultado com derivativos - Swap	30	-	4.215
Provisões		1.601	1.028
Reversão de provisão - Gratificação administradores		(99)	(673)
		<b>45.046</b>	<b>37.000</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Contas a receber de clientes e outros	6	(16.038)	(3.169)
Concessionárias e permissionárias	16	172	(172)
Tributos correntes	7.1	(3.370)	13.055
Amoxarifado operacional	8	(412)	(248)
Despesas pagas antecipadamente	36.1	(85)	(130)
Depósitos judiciais e cauções	19.4	(460)	46
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	-	42.145
Reembolsos do fundo da CDE	10	(24.398)	20.230
Outros ativos		(427)	(1.271)
		<b>(45.018)</b>	<b>70.486</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Fornecedores	15	3.349	641
Passivo de Arrendamentos	14.2	(1.079)	(925)
Concessionárias e permissionárias	16	3.690	(9.361)
Obrigações sociais e trabalhistas	18	(91)	1.141
Tributos	7	7.447	(7.633)
Encargos setoriais	22	1.052	(400)
Passivos financeiros setoriais, líquidos	9	40.632	-
Consumidores	23	(5.546)	(17.329)
Liquidações de litígios	19	(72)	(110)
Geração Distribuída - Lei 14.300/2022	24	3.928	-
Outros passivos		529	482
		<b>53.839</b>	<b>(33.494)</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>53.867</b>	<b>73.992</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	12	(84.771)	(20.176)
Adições ao intangível	13	(1.257)	(918)
Adições as obrigações especiais	25	8.114	4.052
Baixas do ativo imobilizado	12	2.306	1.808
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>(75.608)</b>	<b>(15.234)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos	21	(22.198)	(18.486)
Captação de empréstimos e financiamentos	17.2	41.498	-
Amortização de principal sobre empréstimos e financiamentos	17.2	(640)	(29.142)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	17.2	449	(1.641)
Custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	17.2	(1.007)	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>18.102</b>	<b>(49.269)</b>
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.639)</b>	<b>9.489</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		49.301	39.812
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.639)</b>	<b>9.489</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		45.662	49.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



## Resultados de 2023

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório e do resultado abrangente

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A  
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucro					Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício a deliberar			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>130.000</b>	<b>3.447</b>	<b>7.199</b>	<b>26.748</b>	-	<b>36.382</b>	-	<b>203.776</b>
Aumento do capital social	5.000	(2.468)	-	(2.532)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:								
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(5.913)	5.913	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	2.010	(2.010)	-
Provisões e Reversões no exercício:								
Gratificação de administradores	-	-	-	(144)	-	-	-	(144)
Reservas de incentivos fiscais	-	(529)	-	-	-	-	-	(529)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.978	17.978
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.751	-	-	-	-	(1.751)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.014	-	-	-	(1.014)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.231	-	-	(2.231)	-
Dividendos	-	-	-	(2.958)	-	-	(16.885)	(19.843)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>135.000</b>	<b>2.201</b>	<b>8.213</b>	<b>23.345</b>	-	<b>32.479</b>	-	<b>201.238</b>
Aumento do capital social	15.000	(1.652)	(8.213)	(5.135)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:								
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(5.756)	5.756	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	1.957	(1.957)	-
Provisões e Reversões no exercício:								
Gratificação de administradores	-	-	-	(99)	-	-	-	(99)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.501	27.501
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.291	-	-	-	-	(3.291)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.408	-	-	-	(1.408)	-
Dividendos	-	-	-	(5.176)	-	-	(12.544)	(17.720)
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	-	14.057	-	(14.057)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>150.000</b>	<b>3.840</b>	<b>1.408</b>	<b>12.935</b>	<b>14.057</b>	<b>28.680</b>	-	<b>210.920</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## NOTAS EXPLICATIVAS

# **Empresa Luz e Força Santa Maria S/A**

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia opera, exclusivamente, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme estabelecido no Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045. Sua área de concessão abrange 4.994 km<sup>2</sup>, incluindo 11 municípios no Estado do Espírito Santo. A população atendida pela Companhia é de, aproximadamente, 290 mil pessoas em 123,5 mil unidades consumidoras distribuídas nas classes rural, residencial, comercial, industrial, iluminação pública, poder público e serviço público. Todas as operações da Companhia estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

### **2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica**

Em 9 de dezembro de 2015, foi formalizada a assinatura do sexto termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União ("Poder Concedente"), prorrogando a vigência do contrato até 7 de julho de 2045. Os critérios delineados no novo aditivo demandam que a Companhia evidencie eficiência na qualidade do serviço prestado, na gestão econômico-financeira, na racionalidade operacional e econômica, além de garantir modicidade tarifária. A conformidade com esses critérios é monitorada pelo órgão regulador, sujeita a penalidades caso não sejam atendidos. Até a data-base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia alcançou os indicadores estabelecidos.

As principais obrigações e encargos da Companhia, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, incluem: operar e manter instalações, zelar pelo controle patrimonial, prestar contas à ANEEL, observar a legislação ambiental, garantir acesso às redes, participar de entidades setoriais, manter documentação auditável, instalar equipamentos de controle de tensão, adotar soluções do planejamento do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), colaborar com transmissoras, compartilhar infraestrutura, prestar contas aos usuários, obter anuência prévia da ANEEL em certas ações, comprometer-se com a redução de perdas elétricas, captar recursos financeiros para o serviço, aplicar parte da receita em pesquisa e eficiência energética, dar preferência a fornecedores nacionais e suportar eventuais prejuízos sem exclusão pela fiscalização.

A Companhia possui as seguintes prerrogativas previstas no Contrato de Concessão: direito de usar terrenos públicos, promover desapropriações, construir infraestrutura, instituir servidões administrativas, realizar estudos geológicos e topográficos, possibilidade de contratar terceiros para atividades relacionadas ao serviço e competência para levantamentos de campo em propriedades privadas. Suas prerrogativas não exigem a reparação imediata por danos causados a terceiros, não conferem imunidade tributária e não afetam direitos de terceiros e usuários.

Cabe ao Poder Concedente e à ANEEL expedir normas, instruções e regulamentações, as quais serão condições implícitas ao contrato, bem como realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

### 3. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### 4. Base de preparação

#### 4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis para fins regulatórios, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de

## Resultados de 2023

forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Assim, essas demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) potencial de geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para cumprimento de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) histórico de lucros nos últimos exercícios sociais.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2024.

### 4.2 Informações materiais das políticas contábeis

As informações materiais das políticas contábeis se encontram descritas em detalhes nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

### 4.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

### 4.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis regulatórias.

Por definição, os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## Resultados de 2023

As principais estimativas, que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações contábeis regulatórias, nos próximos exercícios, estão relacionadas ao registro dos efeitos decorrentes de:

Item	Incerteza	Nota
Redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> )	Estimativa do montante recuperável do ativo	4.6
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	Análise do risco de crédito para estimar a perda de crédito esperada	6
Tributos diferidos	Estimativa de lucros tributáveis futuros para o reconhecimento de ativos fiscais	7.2
Ativos e passivos financeiros setoriais	Estimativa da variação entre os custos previstos e realizados para os valores ainda não realizados	9
Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos	Definição da taxa de juros para os contratos	14
Provisão para litígios e passivos contingentes	Definição da probabilidade e magnitude das saídas estimadas de recursos com perdas em processos judiciais	19
Reconhecimento de receita	Estimativa do valor da receita não faturada	27
Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”)	Estimativa dos valores que serão liquidados pela CCEE	27 e 28
Instrumentos financeiros	Mensuração a valor justo	32

### 4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado.

#### 4.6.1 Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## Resultados de 2023

### 4.6.2 Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia concluiu que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	6.955	3.807
Aplicações financeiras de curto prazo	38.707	45.494
<b>Total</b>	<b>45.662</b>	<b>49.301</b>

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 equivale a 98,94% do CDI (101,13% em 31 de dezembro de 2022). As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 32.2.1. As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado, e existe compromisso de recompra do CDB pelas instituições financeiras emissoras.

## 6. Consumidores

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Englobam o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e participação financeira do consumidor. A energia não faturada é apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio histórico dos últimos três meses de faturamento.

Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes das classes Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

## Resultados de 2023

Classe de consumo	Valores correntes							Valores renegociados						Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
	Vincendos		Vencidos			PECLD (b)	Total	Vincendos		Vencidos		PECLD (b)	Total		
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
<b>Fornecimento faturado (a)</b>															
Residencial	7.996	5.634	118	86	470	(775)	13.529	46	40	34	139	(141)	118	13.647	10.429
Comercial, serviços e outros	3.439	1.929	88	231	776	(1.136)	5.327	19	15	9	108	(100)	51	5.378	5.290
Industrial	1.396	922	11	120	762	(795)	2.416	37	9	33	526	(455)	150	2.566	2.587
Rural	3.896	6.132	126	126	152	(235)	10.197	48	38	37	37	(22)	138	10.335	4.799
Poder Público	1.332	118	2	-	22	(30)	1.444	-	-	-	2	(2)	-	1.444	989
Iluminação Pública	734	28	-	-	-	(2)	760	-	-	-	-	-	-	760	766
Serviço Público	939	16	-	-	-	-	955	-	-	-	-	-	-	955	1.115
<b>Subtotal</b>	<b>19.732</b>	<b>14.779</b>	<b>345</b>	<b>563</b>	<b>2.182</b>	<b>(2.973)</b>	<b>34.628</b>	<b>150</b>	<b>102</b>	<b>113</b>	<b>812</b>	<b>(720)</b>	<b>457</b>	<b>35.085</b>	<b>25.975</b>
Fornecimento não faturado (a)	18.009	-	-	-	-	-	18.009	-	-	-	-	-	-	18.009	14.278
Serviços cobráveis	190	-	-	-	-	(17)	173	-	-	-	-	-	-	173	120
Participação financeira	2.132	-	-	-	-	(173)	1.959	-	-	-	-	-	-	1.959	654
<b>Total</b>	<b>40.063</b>	<b>14.779</b>	<b>345</b>	<b>563</b>	<b>2.182</b>	<b>(3.163)</b>	<b>54.769</b>	<b>150</b>	<b>102</b>	<b>113</b>	<b>812</b>	<b>(720)</b>	<b>457</b>	<b>55.226</b>	<b>41.027</b>

(a) **Fornecimento faturado e não faturado:** A variação observada refere-se ao impacto do crescimento do mercado total (cativo e livre) durante o exercício de 2023, que atingiu 618,843 GWh em comparação com os 589,869 GWh registrados em 2022 (Nota Explicativa nº 24). Isso resultou em um aumento de +4,91% na carga consumida entre os anos.

(b) **Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa – PECLD:** Os valores relativos à PECLD foram constituídos com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento. Para a mensuração e reconhecimento dos valores, foi aplicado um percentual calculado a partir do histórico de inadimplência, considerando os seguintes parâmetros: (i) classe de consumo; (ii) data de faturamento; (iii) data de vencimento e (iv) data de arrecadação. Os valores reconhecidos refletem a melhor expectativa da Administração e são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Com base nos estudos realizados pela Companhia, o percentual de perdas esperadas, segregado por classe de consumo, é o seguinte:

Consumidores (*)	31/12/2023	31/12/2022
Residencial	0,28%	0,15%
Comercial, serviços e outros	0,70%	0,42%
Industrial	0,34%	0,11%
Rural	0,23%	0,12%
Poder Público	0,18%	0,00%
Iluminação Pública	0,11%	0,00%

(\*) Não foram apresentados os percentuais para a classe Serviço Público por serem próximos a zero.

## Resultados de 2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve alteração nas premissas de mensuração.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 32.2.3.

### 7. Tributos

#### 7.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes, ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos compensáveis</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	507	448	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	595	527	-	-
Programa de integração social - PIS	-	164	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	266	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.660	711	3.832	1.154
Outros	60	13	-	-
<b>Total</b>	<b>2.822</b>	<b>2.129</b>	<b>3.832</b>	<b>1.154</b>
<b>Passivos a recolher</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	600	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	547	-	-	-
Programa de integração social - PIS	415	192	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.924	894	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	7.766	2.090	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	8	39	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.287	675	515	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	485	245	206	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.283	1.607	709	-
Parcelamentos	1.029	940	5.085	5.570
<b>Total</b>	<b>15.344</b>	<b>6.682</b>	<b>6.515</b>	<b>5.570</b>



## Resultados de 2023

Movimentação	Ref.	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compensações	Transferências	Saldo em 31/12/2023
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	(a)	448	2	59	-	(2)	-	507
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	527	35	68	-	(35)	-	595
Programa de integração social – PIS	(b)	164	3.598	-	-	(164)	(3.598)	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	266	16.575	-	-	(266)	(16.575)	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	1.865	4.645	-	-	-	(1.018)	5.492
Imposto de renda retido na fonte – IRRF		-	1.418	-	-	(1.418)	-	-
Outros		13	490	-	-	(434)	(9)	60
<b>Total</b>		<b>3.283</b>	<b>26.763</b>	<b>127</b>	<b>-</b>	<b>(2.319)</b>	<b>(21.200)</b>	<b>6.654</b>
<b>Passivos a recolher</b>								
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ		-	3.239	-	(2.639)	-	-	600
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL		-	2.612	-	(2.065)	-	-	547
Programa de integração social – PIS	(d)	192	6.971	-	(3.150)	-	(3.598)	415
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(d)	894	32.231	-	(14.626)	-	(16.575)	1.924
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(e)	2.090	63.116	-	(56.422)	-	(1.018)	7.766
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN		39	110	-	(132)	-	(9)	8
Instituto nacional de seguridade social – INSS		675	10.390	-	(9.234)	(29)	-	1.802
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS		245	2.704	-	(2.258)	-	-	691
Impostos e contribuições retidos na fonte		1.607	5.833	-	(5.448)	-	-	1.992
Parcelamentos	(f)	6.510	-	593	(989)	-	-	6.114
<b>Total</b>		<b>12.252</b>	<b>127.206</b>	<b>593</b>	<b>(96.963)</b>	<b>(29)</b>	<b>(21.200)</b>	<b>21.859</b>

- (a) **IRPJ e CSLL – Ativos compensáveis:** refere-se ao (i) saldo negativo de CSLL relativo ao exercício 2016 e ao (ii) saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos ao exercício de 2022.
- (b) **PIS e COFINS – Ativos compensáveis:** as adições e transferências para o passivo no período referem-se aos créditos apurados conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. Adicionalmente, em 2023 foram concluídas as compensações relativas ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base em sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota Explicativa nº 23). Tais créditos foram compensados no período de junho de 2019 a janeiro de 2023.
- (c) **ICMS – Ativos compensáveis:** refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/96, apropriado à razão de 1/48 avos por mês. A variação observada refere-se ao impacto do crescimento do volume de investimentos durante o exercício de 2023 (Notas Explicativas nº 12 e 13).
- (d) **PIS e COFINS – Passivos a recolher:** a variação observada refere-se ao impacto do crescimento do mercado total durante o exercício de 2023 (Nota Explicativa nº 27).
- (e) **ICMS – Passivos a recolher:** a variação observada é decorrente da decisão cautelar proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (“STF”) Luiz Fux, que suspendeu os efeitos do art. 3º, inciso X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022. O referido dispositivo legal retirava as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão de energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Adicionalmente, houve o impacto do crescimento do mercado total durante o exercício de 2023 (Nota Explicativa nº 27).

## Resultados de 2023

- (f) **Parcelamentos – Passivos a recolher:** o saldo circulante e não circulante refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrente da mudança do critério de tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação do parcelamento para abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

### 7.2 Tributos Diferidos

Referem-se ao imposto de renda e contribuição social registrados sobre as diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos tributos na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Composição	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	2.906	2.703	14.775	16.732
<b>Total</b>	<b>2.906</b>	<b>2.703</b>	<b>14.775</b>	<b>16.732</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos ativos e passivos fiscais	Ref.	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Resultado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Diferenças temporárias</b>							
PECLD		2.406	2.219	-	-	187	271
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		181	121	-	-	60	(277)
Ressarcimento de benefício		319	363	-	-	(44)	363
Reserva de reavaliação regulatória	(a)	-	-	14.775	16.732	1.957	2.010
<b>Total das diferenças temporárias</b>		<b>2.906</b>	<b>2.703</b>	<b>14.775</b>	<b>16.732</b>	<b>2.160</b>	<b>2.367</b>
Compensação entre ativos e passivos diferidos		(2.906)	(2.703)	(2.906)	(2.703)	-	-
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.869</b>	<b>14.029</b>	<b>2.160</b>	<b>2.367</b>

(a) Refere-se a reserva de reavaliação regulatória compulsória (Nota Explicativa nº 26.3).

### 8. Almojarifado operacional

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização. O saldo de R\$ 2.152 (R\$ 1.740 em 2022) refere-se às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição da Companhia, e está assim representado:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Almojarifado de manutenção e operação	1.535	1.322
Adiantamentos a fornecedores	612	413
Outros	5	5
<b>Total</b>	<b>2.152</b>	<b>1.740</b>

### 9. Ativos financeiros setoriais

## Resultados de 2023

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Ao longo do ciclo tarifário atual, a atualização monetária das diferenças, positivas ou negativas, é reconhecida no resultado, bem como são amortizados os valores constituídos e devidamente homologados pela ANEEL no ciclo tarifário anterior.

No balanço patrimonial, os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A composição e movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

<b>Composição</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Saldos iniciais</b>		<b>940</b>	<b>42.327</b>
Constituição	27	(35.812)	(57.603)
Amortização	27	646	25.092
Atualização	30	(1.621)	758
Recebimento da conta Escassez Hídrica		-	(3.757)
Devolução dos créditos PIS/COFINS	23	(5.466)	(6.500)
Outros		-	623
<b>Saldos finais</b>		<b>(41.313)</b>	<b>940</b>

## Resultados de 2023

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Receita operacional líquida		Resultado financeiro	Devolução dos Créditos de PIS/COFINS	Saldos em 31/12/2023	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (f)
		Constituição	Amortização	Atualização					
<b>Itens da Parcela A (a)</b>	<b>13.329</b>	<b>(15.995)</b>	<b>(11.842)</b>	<b>(938)</b>	-	<b>(15.446)</b>	<b>(2.829)</b>	<b>(11.896)</b>	<b>(721)</b>
Aquisição de energia	(3.877)	(13.001)	2.823	(1.921)	-	(15.976)	(5.565)	(11.048)	637
Proinfa	1.756	(1.115)	(1.602)	20	-	(941)	18	(859)	(100)
Transporte rede básica	1.609	1.221	(1.115)	339	-	2.054	1.096	1.118	(160)
Transporte itaipú	896	582	(655)	120	-	943	508	474	(39)
ESS	1.912	151	(1.727)	131	-	467	1.051	(355)	(229)
CDE	11.033	(3.833)	(9.566)	373	-	(1.993)	63	(1.226)	(830)
<b>Componentes financeiros</b>	<b>(12.389)</b>	<b>(19.817)</b>	<b>12.488</b>	<b>(683)</b>	<b>(5.466)</b>	<b>(25.867)</b>	<b>(16.025)</b>	<b>(9.842)</b>	-
Neutralidade da Parcela A (b)	109	(17.164)	1.009	(304)	-	(16.350)	(6.666)	(9.684)	-
Sobrecontratação de energia (c)	4.016	1.376	(6.336)	(205)	-	(1.149)	(8.022)	6.873	-
Outros itens financeiros	(13.413)	(1.614)	15.456	(45)	(5.466)	(5.082)	-	(5.082)	-
Ultrapassagem de demanda (d)	(717)	(563)	496	(34)	-	(818)	(440)	(378)	-
Excedente de reativos (d)	(2.382)	(1.854)	1.863	(95)	-	(2.468)	(897)	(1.571)	-
Bandeiras Tarifárias (e)	(2)	2	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>940</b>	<b>(35.812)</b>	<b>646</b>	<b>(1.621)</b>	<b>(5.466)</b>	<b>(41.313)</b>	<b>(18.854)</b>	<b>(21.738)</b>	<b>(721)</b>

- (a) **Itens da parcela A:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Minas e Energia (“MME”) e de Estado da Fazenda (“MF”) nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, o que significa que todas as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.
- (b) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.
- (c) **Sobrecontratação de energia:** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a esse referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias subsequentes, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo (Nota Explicativa nº 32.2.4).

## Resultados de 2023

- (d) **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos:** referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda (“UD”) e Excedente de Reativos (“ER”), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.0C, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 1.003, de 01 de fevereiro de 2022. São faturamentos realizados pela Companhia, decorrentes da parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária da Companhia.
- (e) **Bandeiras tarifárias:** refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 27.4.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias.
- (f) **Saldo a compensar:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.

### 9.1 Efeitos relevantes no exercício

#### 9.1.1 Aquisição de energia

A variação observada está principalmente relacionada ao reconhecimento das diferenças passivas entre a tarifa média de cobertura estabelecida nos reajustes tarifários vigentes ao longo do ano de 2023 e o preço médio dos contratos de compra de energia. Ao longo desse período, aproximadamente 55% da energia total contratada pela Companhia apresentava uma tarifa de cobertura superior ao preço estipulado nos contratos. O saldo passivo de R\$ 15.976 em 31 de dezembro de 2023 é composto por passivos de R\$ 11.048 em amortização (ciclo tarifário 2022-2023) e R\$ 5.565 em constituição (ciclo tarifário 2023-2024), bem como por ativos de R\$ 637 a compensar.

#### 9.1.2 Neutralidade da Parcela A

A variação observada é decorrente, predominantemente, do comportamento do mercado realizado da Companhia em relação ao mercado de referência utilizado pela ANEEL quando da homologação dos reajustes tarifários vigentes ao longo do ano de 2023. Com o crescimento do mercado realizado, houve um incremento no faturamento de itens da Parcela A, resultando no reconhecimento de passivos financeiros setoriais. Em 31 de dezembro de 2023, a composição do saldo passivo de R\$ 16.350 é representada por passivos de R\$ 9.684 em amortização (ciclo tarifário 2022-2023) e R\$ 6.666 em constituição (ciclo tarifário 2023-2024). Os valores em constituição são formados por passivos de encargos setoriais (R\$ 3.994), passivos de transporte (R\$ 2.273), passivos de energia (R\$ 966) e ativos de outros itens da Parcela A (R\$ 567).

#### 9.1.3 Outros itens financeiros

A variação observada refere-se, principalmente, à devolução do saldo dos créditos de PIS e COFINS (Nota Explicativa nº 23) por meio da tarifa de energia elétrica, nos termos da Lei nº 14.385/2022. A referida Lei determinou que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica, relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devem ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários. Desse modo, as devoluções desses créditos, que anteriormente eram feitas pela Companhia mediante crédito individualizado, lançado diretamente nas faturas de energia elétrica, passaram a compor, a partir do reajuste tarifário ocorrido em setembro de 2022, a tarifa de energia elétrica. O impacto desta devolução nas tarifas reajustadas em 2023 (Nota Explicativa nº 24.1.3) foi de -1,53% (-3,48% em 2022).

### 10. Repasse CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) é um mecanismo financeiro no setor elétrico brasileiro. Sua principal função é prover recursos para financiar políticas e programas do governo relacionados ao desenvolvimento do setor elétrico, como subsídios para tarifas, investimentos em fontes alternativas de energia, e outras iniciativas estratégicas. A CDE é financiada por encargos setoriais pagos pelos agentes do mercado de energia elétrica e desempenha um papel crucial na promoção da expansão e estabilidade do sistema elétrico no Brasil.

Os valores repassados à Companhia são destinados a cobrir os descontos tarifários incidentes sobre as tarifas de energia elétrica, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 27.4. Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e conforme o art. 13, VII, da Lei nº 10.438/2002, alterado pela Lei nº 13.360/2016, passaram a ser pagos pela CDE, por meio da CCEE, que é a gestora do fundo. Os montantes dos repasses são anualmente determinados nos processos tarifários e abrangem o período de setembro do ano em curso a agosto do ano seguinte. A Companhia reconhece mensalmente as diferenças a serem compensadas no próximo processo tarifário. A composição do saldo dos descontos tarifários ao final do exercício é detalhada da seguinte forma:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Subsídio Irrigante/Aquicultor (a)	9.348	751
Subsídio Rural	698	700
Subsídio Carga Fonte Incentivada (b)	2.373	756
Subsídio Residencial Baixa Renda (b)	1.044	727
Subsídio Geração Fonte Incentivada	7	57
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	14	(23)
Subsídio Sistema de Compensação de Energia Elétrica (c)	13.882	-
<b>Total</b>	<b>27.366</b>	<b>2.968</b>

- (a) **Subsídio Irrigante/Aquicultor:** a variação do saldo é decorrente do impacto do incremento do consumo da classe Rural/Irrigante no exercício de 2023 (206,091 GWh), que registrou aumento de +5,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (195,490 GWh), contribuindo para o crescimento do mercado total da Companhia no ano (+4,91%).
- (b) **Subsídios Carga Fonte Incentivada e Residencial Baixa Renda:** a variação dos saldos é decorrente do crescimento do consumo dos consumidores livres (+17%) e residencial baixa renda (+15%) no exercício de 2023 em relação ao exercício de 2022.
- (c) **Subsídio Sistema de Compensação de Energia Elétrica:** a variação do saldo é decorrente do impacto do reconhecimento das subvenções relacionadas ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”), conforme o art. 22 da Lei nº 14.300/2022, o qual estabelece que a CDE custeará as componentes tarifárias não associadas ao custo da energia incidentes e não remuneradas pelo consumidor-gerador sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do SCEE nas distribuidoras de energia elétrica com mercado inferior a 700 GWh por ano.

Adicionalmente, a ANEEL homologou os valores a serem repassados à Companhia por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

<b>Resolução homologatória</b>	<b>Competências</b>	<b>Previsão</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Total</b>
ANEEL nº 3.105/22	Set/22 a Ago/23	3.926	(477)	3.449
ANEEL nº 3.254/23	Set/23 a Ago/24	4.254	1.398	5.652

### 11. Outros ativos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Crédito com empregados		260	203	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	246	203	-	-
Arrecadação da CIP		-	8	-	-
Convênios de arrecadação		-	115	-	-
Desativações em curso	(b)	1.065	235	-	-
Depósitos para reinvestimento	(c)	-	-	556	1.195
Outros		259	66	-	-
<b>Total</b>		<b>1.830</b>	<b>830</b>	<b>556</b>	<b>1.195</b>

- (a) **Compartilhamento de infraestrutura:** refere-se à remuneração da Companhia pelo compartilhamento da infraestrutura da concessão. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida”, no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.
- (b) **Desativações em curso:** refere-se ao saldo das ordens de desativação em curso, que representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, utilizadas para apuração dos custos referentes à retirada (baixa) de bens integrantes do ativo vinculado ao serviço concedido.
- (c) **Depósitos para reinvestimento:** refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica “Outros passivos não circulantes” (Nota Explicativa nº 24), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia. A redução do saldo em 2023 se justifica pelo resgate dos recursos referentes aos anos de 2018, 2020 e 2021 conforme Portaria DFIN 0061/2023 SUDENE de 28 de novembro de 2023.

### 12. Ativo imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação/amortização acumulada.

Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologada pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reserva de reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/07 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização.

## Resultados de 2023

---

Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões de serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.



## Resultados de 2023

### 12.1 Composição e movimentação do imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2023	Amortização Acumulada em 31/12/2023	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2023
<b>Distribuição</b>	<b>565.311</b>	-	<b>(7.370)</b>	<b>27.765</b>	<b>585.706</b>	<b>20.395</b>	<b>(328.159)</b>	<b>257.547</b>	<b>250.834</b>	<b>144.954</b>	<b>(69.098)</b>	<b>75.856</b>
Terrenos	1.147	-	-	-	1.147	-	-	1.147	1.147	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8.890	-	-	-	8.890	-	(5.791)	3.099	3.330	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	547.750	-	(7.370)	24.991	565.371	17.621	(316.985)	248.386	243.390	144.954	(69.098)	75.856
Veículos	7.524	-	-	2.774	10.298	2.774	(5.383)	4.915	2.967	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>8.768</b>	-	<b>(366)</b>	<b>1.147</b>	<b>9.549</b>	<b>781</b>	<b>(6.617)</b>	<b>2.932</b>	<b>2.333</b>	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	128	-	(18)	-	110	(18)	(109)	1	12	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	3.810	-	(159)	647	4.298	488	(3.013)	1.285	866	-	-	-
Veículos	2.345	-	(184)	300	2.461	116	(1.993)	468	344	-	-	-
Móveis e Utensílios	2.485	-	(5)	200	2.680	195	(1.502)	1.178	1.111	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>574.079</b>	-	<b>(7.736)</b>	<b>28.912</b>	<b>595.255</b>	<b>21.176</b>	<b>(334.776)</b>	<b>260.479</b>	<b>253.167</b>	<b>144.954</b>	<b>(69.098)</b>	<b>75.856</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2023	Amortização Acumulada em 31/12/2023	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2023
<b>Distribuição</b>	<b>16.294</b>	<b>83.615</b>	-	<b>(27.765)</b>	<b>72.144</b>	<b>55.850</b>	-	<b>72.144</b>	<b>16.294</b>	<b>4.418</b>	-	<b>4.418</b>
Máquinas e Equipamentos	7.470	72.445	-	(24.991)	54.924	47.454	-	54.924	7.470	4.418	-	4.418
Outros	8.824	11.170	-	(2.774)	17.220	8.396	-	17.220	8.824	-	-	-
<b>Administração</b>	-	<b>1.156</b>	-	<b>(1.147)</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	-	<b>9</b>	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	647	-	(647)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	509	-	(500)	9	9	-	9	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>16.294</b>	<b>84.771</b>	-	<b>(28.912)</b>	<b>72.153</b>	<b>55.859</b>	-	<b>72.153</b>	<b>16.294</b>	<b>4.418</b>	-	<b>4.418</b>

<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>590.373</b>	<b>84.771</b>	<b>(7.736)</b>	-	<b>667.408</b>	<b>77.035</b>	<b>(334.776)</b>	<b>332.632</b>	<b>269.461</b>	<b>149.372</b>	<b>(69.098)</b>	<b>80.274</b>
-----------------------------------	----------------	---------------	----------------	---	----------------	---------------	------------------	----------------	----------------	----------------	-----------------	---------------

### 12.2 Composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>547.750</b>	-	<b>(7.370)</b>	<b>24.991</b>	<b>565.371</b>	<b>17.621</b>
Transformação de Distribuição	128.129	-	(2.575)	10.005	135.559	7.430
Medidor	31.134	-	(3.295)	2.848	30.687	(447)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (< 2,3 kV a 44 kV)	271.031	-	(1.433)	11.662	281.260	10.229
Redes Alta Tensão (69 kV)	17.369	-	-	-	17.369	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	13.115	-	-	-	13.115	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	3.104	-	-	-	3.104	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	36.018	-	(2)	236	36.252	234
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	38.878	-	(8)	14	38.884	6
Subestações Alta Tensão (primário >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	8.972	-	(57)	226	9.141	169
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(139.269)</b>	-	-	<b>(5.685)</b>	<b>(144.954)</b>	<b>(5.685)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(52.623)	-	-	(1.251)	(53.874)	(1.251)
Participação Financeira do Consumidor	(81.081)	-	-	(4.114)	(85.195)	(4.114)
Ultrapassagem de Demanda	(1.428)	-	-	-	(1.428)	-
Excedente de Reativos	(2.935)	-	-	-	(2.935)	-
Outros	(1.202)	-	-	(320)	(1.522)	(320)
<b>Obrigações Especiais do AIC Bruto</b>	<b>(1.989)</b>	<b>(8.114)</b>	-	<b>5.685</b>	<b>(4.418)</b>	<b>(2.429)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(188)	(1.456)	-	1.251	(393)	(205)
Participação Financeira do Consumidor	(1.110)	(4.898)	-	4.114	(1.894)	(784)
Valores Pendentes de Recebimento	(691)	(1.440)	-	-	(2.131)	(1.440)
Outros	-	(320)	-	320	-	-

### 12.3 Adições e baixas ao ativo imobilizado em serviço

As dez principais adições, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1	Caminhão Mercedes Benz ATEGO 1726/54 E6	1	Un	483
2	Tad Lora	864	Un	363
3	Veículo Hilux 4x4 CD SRV Automática	1	Un	300
4	DogHouse 25kV 1250A 25kA 125Vcc EA/AS	1	Un	228
5	Camioneta GM S10 4X4 Cabine Dupla c/Ar	1	Un	221
6	Guindaste Veicular AGI 20.5/43	1	Un	219
7	Regulador Tensão Monof 15kV 219A 167kVA	2	Un	213
8	Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	207
9	Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	206
10	Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	206

As dez principais baixas, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1	Veículo Hilux 4x4 CD SRV Aut. C. Dupla	1	Un	158
2	Servidor PowerEdge R620	1	Un	71
3	Religador Trif Automático 25kV 12,5kA	1	Un	40

## Resultados de 2023

4	Religador Trif Automático 15kV 12,5kA	1	Un	38
5	Religador Trif Automático 15kV 12,5kA	1	Un	36
6	Grupo Gerador Diesel Stemac 20/18 KVA.	1	Un	30
7	Regulador Tensao Monof.25kV-150A, 216Kva	1	Un	26
8	Medidor Elet. Bifásico MT	110	Un	24
9	Medidor Elet. Bifásico MT	109	Un	24
10	Medidor Elet. Bifásico	161	Un	23

### 12.4 Taxas de depreciação

As taxas anuais médias de depreciação do ativo imobilizado são as seguintes:

		31/12/2023			31/12/2022
Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Distribuição	3,97%	585.706	(328.159)	257.547	250.834
Custo Histórico		307.962	(131.663)	176.299	160.932
Reavaliação		277.744	(196.496)	81.248	89.902
Administração	10,56%	9.549	(6.617)	2.932	2.333
Custo Histórico		6.988	(4.284)	2.704	2.041
Reavaliação		2.561	(2.333)	228	292
		<b>595.255</b>	<b>(334.776)</b>	<b>260.479</b>	<b>253.167</b>
<b>Em Curso</b>					
Distribuição		4.418	-	4.418	16.294
Administração		-	-	-	-
		<b>4.418</b>	<b>-</b>	<b>4.418</b>	<b>16.294</b>
		<b>599.673</b>	<b>(334.776)</b>	<b>264.897</b>	<b>269.461</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL n° 674, de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

Taxas anuais de depreciação	(%)
<b>Distribuição</b>	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor - classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor - classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema – Poste	3,57%
Estrutura do sistema – Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição – Aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida - corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida - corrente inferior a 69 kV	4,35%
<b>Administração central</b>	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%

## Resultados de 2023

### 13. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

A composição e movimentação do intangível são apresentadas como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Distribuição</b>	702	-	-	-	702	-	-	702	702
Servidões	702	-	-	-	702	-	-	702	702
<b>Administração</b>	4.165	-	-	-	4.165	-	(3.898)	267	383
Softwares	4.165	-	-	-	4.165	-	(3.898)	267	383
<b>Subtotal</b>	<b>4.867</b>	-	-	-	<b>4.867</b>	-	<b>(3.898)</b>	<b>969</b>	<b>1.085</b>

Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Distribuição</b>	780	1.257	-	-	2.037	1.257	-	2.037	780
Servidões	780	1.257	-	-	2.037	1.257	-	2.037	780
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>780</b>	<b>1.257</b>	-	-	<b>2.037</b>	<b>1.257</b>	-	<b>2.037</b>	<b>780</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>5.647</b>	<b>1.257</b>	-	-	<b>6.904</b>	<b>1.257</b>	<b>(3.898)</b>	<b>3.006</b>	<b>1.865</b>

As taxas anuais médias de amortização do ativo intangível são as seguintes:

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor Bruto	Amortização Acumulada	31/12/2023	31/12/2022
				Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Distribuição	0,00%	702	-	702	702
Custo Histórico		345	-	345	345
Reavaliação		357	-	357	357
Administração	20,58%	4.165	(3.898)	267	383
Custo Histórico		2.324	(2.059)	265	380
Reavaliação		1.841	(1.839)	2	3
		<b>4.867</b>	<b>(3.898)</b>	<b>969</b>	<b>1.085</b>
<b>Em Curso</b>					
Distribuição		2.037	-	2.037	780
Administração		-	-	-	-
		<b>6.904</b>	<b>(3.898)</b>	<b>3.006</b>	<b>1.865</b>

## 14. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

### 14.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento (exceto reavaliação cambial).

O custo do ativo de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do reconhecimento inicial, bem como a estimativa de custos de restauração a serem incorridos pelo arrendatário ao final do contrato, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Composição	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado direito de uso				
Edificações (a)	9.075	(5.042)	4.033	5.042
<b>Total</b>	<b>9.075</b>	<b>(5.042)</b>	<b>4.033</b>	<b>5.042</b>

## Resultados de 2023

Composição	31/12/2022			31/12/2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Imobilizado direito de uso					
Edificações (a)	9.075	(4.033)	5.042	6.051	
<b>Total</b>	<b>9.075</b>	<b>(4.033)</b>	<b>5.042</b>	<b>6.051</b>	

(a) **Edificações:** referem-se às instalações da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia. Os contratos de arrendamento foram firmados com parte relacionada e por esse motivo, submetidos a anuência prévia da ANEEL (Nota Explicativa nº 34).

A movimentação do direito de uso de ativos é apresentada como segue:

Movimentação	Edificações - R\$ mil
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.051</b>
Depreciação	(1.009)
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.042</b>
Depreciação	(1.009)
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.033</b>

### 14.2 Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

O valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Operação	Características da operação			Circulante	Não circulante	31/12/2023	31/12/2022
	Vencimento	Periodicidade de amortização	Taxa de juros a.a. (a)				
Edificações	06/12/2027	Mensal	7,99%	1.167	4.086	5.253	6.332

(a) **Taxa de juros a.a.:** a Companhia definiu a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal, praticada no mercado, para captação de recursos em montante suficiente para aquisição de um imóvel com características semelhantes.

## Resultados de 2023

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada como segue:

<b>Movimentação</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>925</b>	<b>6.332</b>	<b>7.257</b>
Encargos	528	-	528
Amortizações (principal e encargos)	(1.453)	-	(1.453)
Transferências	1.080	(1.080)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.080</b>	<b>5.252</b>	<b>6.332</b>
Encargos	451	-	451
Amortizações (principal e encargos)	(1.530)	-	(1.530)
Transferências	1.166	(1.166)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.167</b>	<b>4.086</b>	<b>5.253</b>

O escalonamento dos vencimentos das parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2023, se encontram demonstrados a seguir:

<b>Parcelas do não circulante</b>	<b>31/12/2023</b>
2025	1.531
2026	1.530
2027	1.530
<b>Valores não descontados</b>	<b>4.591</b>
Juros embutidos	(505)
<b>Saldo do passivo não circulante de arrendamento</b>	<b>4.086</b>

### 15. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Suprimento de energia elétrica	18.896	16.845
Encargos de uso da Rede Básica e Conexão	6.207	5.856
Materiais e serviços	3.599	2.652
<b>Total</b>	<b>28.702</b>	<b>25.353</b>

### 16. Concessionárias e permissionárias

Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2023.

<b>Composição</b>	<b>Ativo Circulante</b>		<b>Passivo Circulante</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Suprimento - CCEE - MCP (a)	-	172	3.690	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>172</b>	<b>3.690</b>	<b>-</b>

(a) **Suprimento – CCEE – MCP:** as transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

## Resultados de 2023

### 17. Empréstimos e financiamentos

#### 17.1 Composição e principais condições contratuais

Instituição	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants (a)	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2023			31/12/2022		
										Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda Nacional</b>															
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	668	28/12/2012	668	28/12/2012 a 15/01/2023	Aquisição de caminhões, carrocerias e guindastes.	-	2,5% a.a.	Mensal	Bens	-	-	-	6	-	6
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	121	28/10/2013	121	28/10/2023 a 15/11/2023	Aquisição de trator e plaina agrícola.	-	3,5% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	14	-	14
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	1.526	17/09/2013	1.526	17/09/2013 a 15/10/2023	Aquisição de transformador trifásico de força.	-	3,5% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	159	-	159
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	296	03/09/2013	296	03/09/2013 a 15/09/2023	Aquisição de reguladores de tensão monofásico.	-	3,5% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	28	-	28
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	222	29/05/2014	222	29/05/2014 a 15/06/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	14	-	14	28	15	43
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	79	29/05/2014	79	29/05/2014 a 15/06/2024	Aquisição de equipamentos para distribuição de energia.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	5	-	5	10	5	15
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	209	01/07/2014	209	01/07/2014 a 15/07/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	15	-	15	26	15	41
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	154	01/07/2014	154	01/07/2014 a 15/07/2024	Aquisição de medidores polifásicos e contadores monofásicos digitais de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	11	-	11	19	11	30
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	233	05/11/2014	233	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de reguladores automáticos de tensão monofásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	27	-	27	29	27	56
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	133	05/11/2014	133	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de medidores eletrônicos de energia elétrica e contadores trifásicos digitais de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	15	-	15	17	15	32
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	35	05/11/2014	35	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de medidores eletrônicos de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	4	-	4	4	4	8
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	46	05/11/2014	46	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de grupo gerador.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	5	-	5	6	5	11
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	183	05/11/2014	183	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	21	-	21	23	21	44
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	2.130	06/11/2014	2.130	06/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de elevador trifásico.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	244	-	244	266	244	510
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	43	22/12/2014	43	22/12/2014 a 15/01/2025	Aquisição de transformadores monofásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	5	-	5	5	6	11
BNDES - 22.9.0072.1	48.000	19/10/2022	41.498	19/10/2022 a 15/09/2042	Plano de investimentos 2021-2023	Dívida líquida em relação ao LAJIDA ajustado(b) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 7,29% a.a.	Juros trimestrais. Amortização a partir de julho/2024 principal e juros mensais.	Cessão fiduciária de direitos creditórios de no mínimo 300% do valor da prestação vincenda no mês subsequente	1.264	40.685	41.949	-	-	-
(-) Custo de transação	-	19/10/2022	(1.025)	19/10/2022 a 15/09/2042	Plano de investimentos 2021-2023	-	-	Amortização mensal do custo de transação	-	(54)	(953)	(1.007)	-	-	-
<b>Total</b>										<b>1.576</b>	<b>39.732</b>	<b>41.308</b>	<b>640</b>	<b>368</b>	<b>1.008</b>



## Resultados de 2023

- (a) **Covenants:** a Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar em multas ou até a declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.
- (b) **LAJIDA ajustado:** corresponde ao somatório dos seguintes itens: (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por impairment/reversões de perdas anteriores; (+/-) resultados com operações descontinuadas negativos/positivos; (-) outras receitas operacionais; (+) Pis e Cofins diferidos por conta da aplicação da ICPC 01; (-) margem de construção (receita de construção - custo de construção); (-) receita com ativo financeiro da concessão; (+/-) registro de valores positivos e/ou negativos no resultado do exercício para fins regulatórios cuja contrapartida seja ativos/passivos regulatórios pertinentes às atividades de distribuição de energia, estornados em função da aplicação do IFRS; (+/-) outros ajustes IFRS.

Os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros relativos às dívidas estão sendo classificados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

### 17.2 Mutações dos empréstimos e financiamentos

	Saldo em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros Provisionados	Transferências	Amortização Custo Transação	Varição Monetária	Saldo em 31/12/2023
<b>Circulante</b>								
Principal	640	-	(640)	-	1.505	-	-	1.505
Juros	-	-	(792)	909	-	-	8	125
Custo de Transação	-	-	-	-	(72)	18	-	(54)
<b>Total Circulante</b>	<b>640</b>	<b>-</b>	<b>(1.432)</b>	<b>909</b>	<b>1.433</b>	<b>18</b>	<b>8</b>	<b>1.576</b>
<b>Não Circulante</b>								
Principal	368	41.498	-	-	(1.505)	-	-	40.361
Juros	-	-	-	-	-	-	324	324
Custo de Transação	-	(1.025)	-	-	72	-	-	(953)
<b>Total Não Circulante</b>	<b>368</b>	<b>40.473</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.433)</b>	<b>-</b>	<b>324</b>	<b>39.732</b>
<b>Total</b>	<b>1.008</b>	<b>40.473</b>	<b>(1.432)</b>	<b>909</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>332</b>	<b>41.308</b>

### 17.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Parcelas do não circulante	2.238	2.238	2.238	2.238	30.780	39.732

## 18. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	1.043	913
Previdência privada	223	193
Férias a pagar (a)	4.076	3.441
Tributos retidos na fonte	597	502
Consignações em favor de terceiros	86	86
Participações estatutárias	3.730	4.707
Outros	3	7
<b>Total</b>	<b>9.758</b>	<b>9.849</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.890</b>	<b>9.849</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.868</b>	<b>-</b>

- (a) **Férias a pagar:** inclui o adicional e respectivos encargos sociais.

### 19. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis e as jurisprudências disponíveis.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

#### 19.1 Risco de perda provável

A Administração, com base nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, estabeleceu provisões para todos os processos judiciais, nos quais a probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração está convencida de que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir possíveis perdas decorrentes dos processos em andamento. O demonstrativo detalhando a movimentação das provisões para perdas prováveis está apresentado a seguir:

Movimentação	31/12/2023			31/12/2022
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
<b>Saldos iniciais</b>	<b>337</b>	<b>19</b>	<b>356</b>	<b>1.172</b>
Constituições	130	181	311	333
Atualizações	35	55	90	75
Reversões	(70)	(84)	(154)	(24)
Pagamentos	(72)	-	(72)	(1.200)
<b>Saldos finais</b>	<b>360</b>	<b>171</b>	<b>531</b>	<b>356</b>

##### 19.1.1 Trabalhistas

Trata-se da ação trabalhista na qual é discutida a equiparação do salário recebido ao piso estabelecido em CCT com reflexo em férias, FGTS, gratificação natalina, contribuições previdenciárias e aviso prévio indenizado. O montante constituído é atualizado monetariamente pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, conforme decisão emitida pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2020.

## Resultados de 2023

### 19.1.2 Cíveis

Refere-se a ações judiciais que, em sua maioria, abordam as seguintes questões:

- (i) Ausência, interrupção ou suspensão no fornecimento de energia elétrica decorrente de falha na prestação de serviço;
- (ii) Reparação de danos morais e materiais decorrente de falha na prestação de serviço;
- (iii) Compensações por acidentes na rede;
- (iv) Revisão do faturamento das contas de energia elétrica.

Os valores originais são atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

### 19.2 Risco de perda possível

A Companhia possui processos em andamento de natureza cível e tributária, nos quais a probabilidade de perda foi avaliada pelos consultores jurídicos como possível, não demandando a constituição de provisão. A composição dos processos classificados como possíveis está demonstrada a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Tributárias	4.439	4.034
Cíveis	6.747	7.394
<b>Total</b>	<b>11.186</b>	<b>11.428</b>

#### 19.2.1 Tributárias

Refere-se a processo administrativo fiscal que tem como objeto o estorno de crédito do PIS/PASEP e da COFINS sobre perdas não técnicas de energia elétrica e seus efeitos reflexos no IRPJ e na CSLL. O valor original é atualizado de acordo com a sistemática praticada no âmbito da Fiscalização Tributária da Receita Federal.

#### 19.2.2 Cíveis

Refere-se a ações judiciais que, em sua maioria, abordam as seguintes questões:

- (i) Ausência, interrupção ou suspensão no fornecimento de energia elétrica decorrente de falha na prestação de serviço;
- (ii) Reparação de danos morais e materiais decorrente de falha na prestação de serviço;
- (iii) Compensações por acidentes na rede;
- (iv) Revisão do faturamento das contas de energia elétrica.

Os valores originais são atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

Para as ações de natureza cível, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R\$ 1.033 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.912 em 2022).

## Resultados de 2023

### 19.3 Risco de perda remoto

A Companhia possui dois processos em andamento, de natureza cível, nos quais figura no polo ativo, em que a probabilidade de perda vem sendo considerada como remota.

O primeiro processo refere-se a uma demanda visando a restituição de um montante que a Companhia mantinha em conta corrente de sua titularidade, comprovado pela existência de extratos demonstrando os valores.

O segundo processo refere-se a uma ação de cobrança de compartilhamento de infraestrutura, visando o recebimento de valores provenientes de contrato de uso mútuo de postes. Destaca-se que houve manifestação judicial favorável à Companhia, e o procedimento encontra-se em fase de cumprimento de sentença.

### 19.4 Depósitos judiciais e cauções

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Trabalhistas	34	33
Cíveis	-	1
Servidão administrativa (a)	460	-
<b>Total</b>	<b>494</b>	<b>34</b>

(a) **Servidão administrativa:** a variação observada em relação ao ano de 2022 refere-se aos depósitos judiciais decorrentes dos processos de servidão administrativa, necessária à execução das LD João Neiva 2 – Colatina 2 e LD Colatina 2 – Duas Vendinhas, integrantes do Projeto Colatina 2. A Companhia obteve a Declaração de Utilidade Pública (“DUP”) dos referidos empreendimentos. A servidão administrativa no setor elétrico ocorre quando uma empresa precisa usar parte de uma propriedade privada para instalações elétricas, oferecendo uma indenização ao proprietário. Em casos de desacordo sobre o valor da indenização, o processo pode se tornar judicial. A judicialização envolve apresentação de argumentos e evidências, visando equilibrar os interesses da empresa e do proprietário.

## 20. Imposto de renda e contribuição social

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	42.087	29.326
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	(14.310)	(9.971)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações e contribuições	(205)	(92)
Multas indedutíveis	(149)	(182)
Juros sobre o capital próprio	4.141	3.828
Outras adições/exclusões	(99)	207
Incentivo fiscal SUDENE	3.291	1.751
Incentivo fiscal PAT	195	119
Doações dedutíveis	-	10
<b>Despesa de IRPJ e CSLL - Legislação societária</b>	<b>(7.136)</b>	<b>(4.330)</b>
Efeito dos tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias	2.036	2.082
<b>Despesa de IRPJ e CSLL - Legislação regulatória</b>	<b>(5.100)</b>	<b>(2.248)</b>
<b>Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - regulatória</b>	<b>12,12%</b>	<b>7,67%</b>

## Resultados de 2023

### 21. Dividendos

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

<b>Base de Cálculo – Legislação societária</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Lucro líquido do exercício	31.454	22.021
(-) Constituição de reserva legal	(1.408)	(1.014)
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.291)	(1.751)
(-) Juros sobre o capital próprio	-	(11.260)
<b>(=) Lucro ajustado</b>	<b>26.755</b>	<b>7.996</b>
Ações ordinárias (25% sobre o lucro ajustado)	6.689	1.999
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal do capital social)	4.028	3.626
<b>(=) Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>10.717</b>	<b>5.625</b>
(+) Dividendo adicional proposto	9.134	11.260
<b>(=) Total dos dividendos propostos</b>	<b>19.851</b>	<b>16.885</b>

A composição dos dividendos propostos referente ao exercício de 2023 é como segue:

<b>Provento</b>	<b>Valor</b>
Juros sobre o capital próprio, bruto	12.179
(-) IRRF, à alíquota de 15%	(1.827)
(=) Juros sobre o capital próprio, líquido	10.352
(+) Dividendos	365
<b>(=) Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>10.717</b>
(+) Dividendo adicional proposto	9.134
<b>(=) Total dos dividendos propostos</b>	<b>19.851</b>

A Companhia reconhece a proposta de distribuição de dividendos em suas demonstrações financeiras conforme a ICPC 08 (R1). Dessa forma, a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, por representar uma obrigação presente na data do balanço, é registrada no passivo da Companhia. Já a parcela que excede ao previsto legal ou estatutariamente, por não ser considerada uma obrigação presente na data do balanço, é mantida no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos acionistas em assembleia geral.

Nos termos do art. 17, § 4º, da Lei nº 6.404/76, e artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a distribuição de dividendos em igualdade de condições para as ações ON e PN, conforme demonstrado a seguir:

<b>Provento</b>	<b>Valor</b>	<b>R\$ / Ação</b>	
		<b>ON</b>	<b>PN</b>
Dividendo mínimo obrigatório	10.717	2,08	2,08
Dividendo adicional proposto	9.134	1,78	1,78
Dividendo proposto	19.851	3,86	3,86

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da deliberação da assembleia geral, que poderá, diante de

## Resultados de 2023

excepcionalidades, casos fortuitos, força maior e outros eventos imprevisíveis plenamente justificados, ultrapassar o referido período.

Adicionalmente, a movimentação ocorrida ao longo do exercício de 2023 e respectivos saldos correspondentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio (“JCP”) são demonstrados como segue:

Movimentação	Dividendos	JCP	Saldo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.625</b>	<b>9.570</b>	<b>15.195</b>
(+) Crédito de JCP	-	12.179	27.374
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.827)	25.547
(-) Pagamento de JCP (a)	-	(9.570)	15.977
(+) Crédito de dividendos complementares	5.176	-	21.153
(-) Pagamento de dividendos (a)	(10.801)	-	10.352
(+) Crédito de dividendos	365	-	10.717
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>365</b>	<b>10.352</b>	<b>10.717</b>

(a) **Pagamento de JCP e dividendos:** os juros sobre o capital e os dividendos foram aprovados em assembleia geral ordinária realizada no dia 26 de abril de 2023 e pagos dentro do exercício.

## 22. Encargos setoriais

Composição	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22.1	1.606	1.819
Programa de Eficiência Energética - PEE	22.1	3.385	3.059
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	22.2	1.148	719
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	22.3	37	32
<b>Total</b>		<b>6.176</b>	<b>5.629</b>

### 22.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética – PEE

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. Os recursos apurados são destinados aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente.

Mensalmente, os valores constituídos são atualizados com base na taxa Selic (P&D e PEE) e pelo IGP-M (PROCEL), a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua

## Resultados de 2023

efetiva realização. Os gastos realizados com PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso ou imobilizado em curso, conforme o caso, até a conclusão dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em favor da modicidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL. Do saldo em aberto, os recursos financeiros de P&D e PEE a serem recolhidos a CDE em 31 de dezembro de 2023 somam R\$ 168 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2022).

### 22.2 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é um fundo setorial, gerido pela CCEE, que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. As informações a respeito dos valores e prazos de pagamento à CCEE, se encontram detalhados na tabela abaixo:

CDE	Regulamentação	Montante 2023	Cota Mensal 2023	Competência	Prazo pra liquidação
Encargo de uso	Resolução Homologatória ANEEL nº 3.175/23	45.671	3.821	Janeiro de 2023 a Março de 2023	Até o décimo dia do mês de competência
			3.801	Abril de 2023 a Dezembro de 2023	
Geração Distribuída	Resolução Homologatória ANEEL nº 3.175/23	3.062	255	A partir do processo tarifário ordinário de 2023	Até o décimo dia do segundo mês subsequente à competência
Conta Covid	Despacho ANEEL nº 939/2021	8.627	719	A partir do processo tarifário ordinário de 2021	
Conta Escassez Hídrica	Despacho ANEEL nº 510/2023	2.083	174	A partir do processo tarifário ordinário de 2023	

### 22.3 Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. Os valores definidos pelo Órgão Regulador para os exercícios de 2023 e 2022, estão abaixo demonstrados:

Regulamentação	Valor Anual
Despacho ANEEL nº 2.793/2022	386
Despacho ANEEL nº 3.763/2023	441

## Resultados de 2023

### 23. Consumidores

Refere-se à obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

<u>Movimentação</u>	<u>Ref.</u>	<u>Movimentação</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>5.617</b>
Valores disponibilizados	(a)	(479)
Reversão modicidade tarifária	(b)	(5.466)
Atualizações no período	(c)	399
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>71</b>

- (a) **Valores disponibilizados:** representa o valor disponibilizado aos consumidores mediante crédito em conta ou lançado diretamente nas faturas de energia elétrica no período.
- (b) **Reversão modicidade tarifária:** refere-se ao montante incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2023, como componente financeiro negativo, nos termos da Lei nº 14.385/2022. (Nota Explicativa nº 9.1.3).
- (c) **Atualizações no período:** refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

### 24. Outros passivos circulantes e não circulantes

<u>Composição</u>	<u>Ref.</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a repassar	(a)	1.760	1.803	-	-
Geração distribuída	(b)	3.928	-	-	-
Prêmios de seguros		361	164	-	-
Receitas financeiras sobre depósitos para reinvestimento	(c)	-	-	63	172
Ressarcimento de benefício		257	229	684	840
Outros passivos		432	400	109	144
<b>Total</b>		<b>6.738</b>	<b>2.596</b>	<b>856</b>	<b>1.156</b>

- (a) **Valores a repassar:** refere-se aos valores a repassar a terceiros relativos aos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores.
- (b) **Geração distribuída:** refere-se ao crédito de micro e minigeração distribuída nos termos da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.
- (c) **Receitas financeiras sobre depósitos para reinvestimento:** o saldo não circulante refere-se à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (Nota Explicativa nº 11c).



### 25. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente. As obrigações especiais, em 31 de dezembro de 2023, são assim apresentadas:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	<b>3,82%</b>	<b>67.435</b>	<b>77.519</b>	<b>144.954</b>
Participação da União, Estados e Municípios		19.039	34.835	53.874
Participação Financeira do Consumidor		43.713	41.482	85.195
Ultrapassagem de demanda		1.428		1.428
Excedente de reativos		2.935		2.935
Outros		320	1.202	1.522
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		<b>(29.958)</b>	<b>(39.140)</b>	<b>(69.098)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(8.504)	(16.681)	(25.185)
Participação Financeira do Consumidor		(20.161)	(22.125)	(42.286)
Ultrapassagem de demanda		(422)	-	(422)
Excedente de reativos		(867)	-	(867)
Outros		(4)	(334)	(338)
<b>Em curso</b>		<b>4.418</b>	<b>-</b>	<b>4.418</b>
Participação Financeira do Consumidor		4.418	-	4.418
<b>Total</b>		<b>41.895</b>	<b>38.379</b>	<b>80.274</b>

## Resultados de 2023

A movimentação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica ocorrida no exercício é apresentada a seguir:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>	<b>139.269</b>	-	-	<b>5.685</b>	<b>144.954</b>	<b>5.685</b>	<b>(69.098)</b>	<b>75.856</b>	<b>75.598</b>
Participação da União, Estados e Municípios	52.623	-	-	1.251	53.874	1.251	(25.185)	28.689	29.466
Participação Financeira do Consumidor	81.081	-	-	4.114	85.195	4.114	(42.286)	42.909	41.977
Ultrapassagem de demanda	1.428	-	-	-	1.428	-	(422)	1.006	1.061
Excedente de reativos	2.935	-	-	-	2.935	-	(867)	2.068	2.180
Outros	1.202	-	-	320	1.522	320	(338)	1.184	914
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>(63.671)</b>	<b>(5.427)</b>	-	-	<b>(69.098)</b>	<b>(5.427)</b>	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(23.157)	(2.028)	-	-	(25.185)	(2.028)	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(39.104)	(3.182)	-	-	(42.286)	(3.182)	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(367)	(55)	-	-	(422)	(55)	-	-	-
Excedente de reativos	(755)	(112)	-	-	(867)	(112)	-	-	-
Outros	(288)	(50)	-	-	(338)	(50)	-	-	-
<b>Em curso</b>	<b>1.989</b>	<b>8.114</b>	-	<b>(5.685)</b>	<b>4.418</b>	<b>2.429</b>	-	<b>4.418</b>	<b>1.989</b>
Participação da União, Estados e Municípios	188	1.456	-	(1.251)	393	205	-	393	188
Participação Financeira do Consumidor	1.110	4.898	-	(4.114)	1.894	784	-	1.894	1.110
Valores Pendentes de Recebimento	691	1.440	-	-	2.131	1.440	-	2.131	691
Outros	-	320	-	(320)	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>77.587</b>	<b>2.687</b>	-	-	<b>80.274</b>	<b>2.687</b>	<b>(69.098)</b>	<b>80.274</b>	<b>77.587</b>

## Resultados de 2023

### 26. Patrimônio líquido

#### 26.1 Capital social

Em 26 de abril de 2023 foi aprovado, em assembleia geral extraordinária, um aumento de capital no valor de R\$ 15.000, mediante o aproveitamento total do saldo da reserva legal (R\$ 8.213) e parcial das reservas de incentivos fiscais (R\$ 1.652) e retenção de lucros (R\$ 5.135).

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$ 150.000 (R\$ 135.000 em 2022), composto por 5.146.995 ações, sem valor nominal, sendo 3.419.359 ações ordinárias (66,43%) e 1.727.636 ações preferenciais (33,57%), assim representadas:

Espécie / Classe	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	3.419.359	99.651	3.419.359	89.686
Preferenciais	1.727.636	50.349	1.727.636	45.314
<b>Capital Subscrito</b>	<b>5.146.995</b>	<b>150.000</b>	<b>5.146.995</b>	<b>135.000</b>
<b>Valor patrimonial por ação (R\$)</b>		<b>35,80</b>		<b>34,57</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal do capital social e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

#### 26.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	Ref.	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal	(a)	1.408	8.213
Reserva de incentivos fiscais	(b)	3.840	2.201
Reserva de retenção de lucros	(c)	12.935	23.345
Lucro do exercício a deliberar	(d)	14.057	-
<b>Total</b>		<b>32.240</b>	<b>33.759</b>

(a) **Reserva legal:** constituída com 5% do lucro líquido do exercício, está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Durante o exercício de 2023, foram destinados para aumento de capital R\$ 8.213 e, ao final do exercício, houve a constituição de R\$ 1.408 (R\$ 1.014 em 2022).

(b) **Reserva de incentivos fiscais:** corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para absorção de eventuais prejuízos. No exercício de 2023, R\$ 1.652 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital (R\$ 2.468 em 2022). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu o montante de R\$ 3.291 (R\$ 1.751 em 2022).

## Resultados de 2023

- (c) **Reserva de retenção de lucros:** constituída para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas assembleias gerais ordinárias. Durante o exercício de 2023, foram aprovados e destinados recursos desta reserva para dividendos complementares no valor de R\$ 5.176 (R\$ 2.958 em 2022) e aumento de capital no valor de R\$ 5.135 (R\$ 2.532 em 2022). Em observância à Política de Remuneração em vigor, houve um ajuste de redução no saldo das participações estatutárias em contrapartida desta reserva no montante de R\$ 99.
- (d) **Lucro do exercício a deliberar:** com base na ICPC 08 (R1), corresponde a parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório calculado de acordo com o Estatuto Social da Companhia. A Administração propõe a seguinte destinação: (i) conforme detalhado na Nota Explicativa nº 21, R\$ 9.134 para serem distribuídos aos acionistas como dividendo complementar; e (ii) retenção da parcela remanescente, no valor de R\$ 4.923, para fazer face a parcela de todo o capital próprio que será requerido para os investimentos previstos no ano de 2024, conforme previsto em orçamento de capital que estará sendo encaminhado, juntamente com estas demonstrações financeiras, para aprovação em Assembleia dos Acionistas.

### 26.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se à reserva de reavaliação regulatória compulsória, a qual é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

<b>Movimentação</b>	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Saldo inicial</b>		<b>32.479</b>	<b>36.382</b>
Realização da reserva no período		(5.756)	(5.913)
Efeito dos tributos diferidos sobre a realização da reserva no período		1.957	2.010
<b>Saldo final</b>		<b>28.680</b>	<b>32.479</b>

### 26.4 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Lucro líquido do exercício	27.501	17.978
Número de ações em poder dos acionistas	5.146.995	5.146.995
<b>Lucro por ação (em R\$)</b>	<b>5,34</b>	<b>3,49</b>

## Resultados de 2023

### 27. Receita operacional líquida

A receita operacional é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos e financeiros fluirão para a entidade, e de que os custos associados, bem como o valor da receita operacional, possam ser mensurados de maneira confiável.

A composição da receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada a seguir:

Receita operacional	Nota	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>							
Fornecimento faturado	27.1.1						
Residencial		76.295	74.630	159.718	147.339	64.181	69.391
Industrial		1.381	1.776	23.380	30.974	9.928	15.267
Comercial, serviços e outros		10.067	9.860	74.794	79.455	30.538	38.937
Rural		34.460	33.789	206.091	195.490	55.624	55.830
Poder público		986	982	18.634	15.980	7.175	7.308
Iluminação pública		61	55	18.808	18.899	4.248	5.277
Serviço público		186	188	14.203	13.622	6.067	6.477
Consumo próprio		32	27	733	681	-	-
Total do fornecimento faturado		123.468	121.307	516.361	502.440	177.761	198.487
Fornecimento não faturado	27.2	-	-	-	-	1.792	1.205
<b>Total do fornecimento de energia elétrica</b>		<b>123.468</b>	<b>121.307</b>	<b>516.361</b>	<b>502.440</b>	<b>179.553</b>	<b>199.692</b>
<b>Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD</b>							
TUSD faturada - Consumidores cativos	27.1.2						
Residencial		-	-	-	-	73.600	60.281
Industrial		-	-	-	-	11.664	12.091
Comercial, serviços e outros		-	-	-	-	37.358	33.595
Rural		-	-	-	-	69.125	52.634
Poder público		-	-	-	-	8.504	6.511
Iluminação pública		-	-	-	-	5.208	4.620
Serviço público		-	-	-	-	5.554	4.602
TUSD faturada - Consumidores livres	27.1.2	81	57	102.482	87.429	28.791	18.117
TUSD faturada - Agentes de geração	27.1.2	3	3	-	-	101	96
Total da TUSD faturada		84	60	102.482	87.429	239.905	192.547
TUSD não faturada	27.2	-	-	-	-	1.938	3.521
<b>Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD</b>		<b>84</b>	<b>60</b>	<b>102.482</b>	<b>87.429</b>	<b>241.843</b>	<b>196.068</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>							
Energia de curto prazo - CCEE	27.3	-	-	-	-	4.234	5.230
Ativos e passivos financeiros setoriais	9	-	-	-	-	(35.166)	(32.511)
Serviços cobráveis		-	-	-	-	633	727
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	27.4	-	-	-	-	79.761	66.072
<b>Total das outras receitas operacionais</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49.462</b>	<b>39.518</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>123.552</b>	<b>121.367</b>	<b>618.843</b>	<b>589.869</b>	<b>470.858</b>	<b>435.278</b>
<b>(-) Deduções à receita operacional bruta</b>							
Tributos sobre a receita							
PIS		-	-	-	-	(6.830)	(6.215)
COFINS		-	-	-	-	(31.458)	(28.627)
ICMS		-	-	-	-	(58.953)	(58.425)
Total dos tributos sobre a receita		-	-	-	-	(97.241)	(93.267)
Encargos do consumidor							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	(1.972)	(1.408)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	(1.168)	(1.408)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		-	-	-	-	(56.013)	(58.140)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		-	-	-	-	(405)	(377)
Total dos encargos do consumidor		-	-	-	-	(59.558)	(61.333)
<b>Total das deduções à receita operacional</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(156.799)</b>	<b>(154.600)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>123.552</b>	<b>121.367</b>	<b>618.843</b>	<b>589.869</b>	<b>314.059</b>	<b>280.678</b>

## **Resultados de 2023**

### **27.1 Receita faturada**

#### **27.1.1 Fornecimento faturado (Tarifa de energia – TE)**

A receita é reconhecida por meio da entrega de energia elétrica, realizada durante um período específico, conforme as medições que ocorrem de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O valor justo da contraprestação é calculado utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL.

#### **27.1.2 Disponibilidade do sistema de distribuição (Tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD)**

A receita proveniente da disponibilidade da rede elétrica resulta da disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição para os consumidores cativos e livres. O valor justo da contraprestação é calculado conforme as tarifas definidas pelo Órgão Regulador.

#### **27.1.3 Reajuste tarifário anual de 2023**

O reajuste tarifário está previsto no contrato de concessão da Companhia e tem como objetivo o reposicionamento das tarifas, visando cobrir os custos de energia, encargos e outros financeiros referentes à Parcela A. Além disso, a atualização da Parcela B é realizada para contemplar a receita da distribuidora destinada à prestação de serviços e remuneração dos investimentos.

No dia 19 de setembro de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.254, a ANEEL homologou o índice de reajuste tarifário anual da Companhia em -10,85%, o qual corresponde ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da Santa Maria.

Na composição do reajuste, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio de -1,36%, enquanto a variação de custos da Parcela B, bem como o efeito dos componentes financeiros, foram responsáveis pelas variações de +0,67% e -10,16% na tarifa, respectivamente.

As tarifas reajustadas estarão em vigor no período de 22 de setembro de 2023 a 21 de setembro de 2024.

### **27.2 Receita não faturada**

Refere-se a energia fornecida e a disponibilização da rede elétrica de distribuição que ainda não foram faturadas. A mensuração da receita não faturada é realizada em bases estimadas e considera o período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do exercício.

### **27.3 Energia de curto prazo**

A receita é reconhecida no momento da comercialização do excedente de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A contraprestação a receber é calculada multiplicando a quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Os resultados dessas operações foram comunicados pela CCEE e validados pela Companhia.

## Resultados de 2023

### 27.4 Subvenções vinculadas ao serviço concedido

<b>Composição</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Descontos tarifários	27.4.1	77.222	50.315
CCRBT	27.4.2	1.484	7.693
CDE Eletrobras	27.4.3	1.055	8.064
<b>Total</b>		<b>79.761</b>	<b>66.072</b>

#### 27.4.1 Descontos tarifários

A receita é reconhecida quando são aplicados os descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais. A mensuração da receita é realizada pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo beneficiada e a tarifa efetivamente aplicada nas faturas de energia elétrica.

O aumento observado em 2023 é reflexo do crescimento do consumo das seguintes classes: (i) irrigação/aquicultura; (ii) carga fonte incentivada; (iii) residencial baixa renda; e (iv) Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

#### 27.4.2 Bandeiras tarifárias

As Bandeiras Tarifárias, implementadas a partir de 2015 por meio da Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, posteriormente revogada pela Resolução Normativa nº 1.000/2021, representam um mecanismo regulatório que reflete as condições atuais para a geração de energia elétrica, abrangendo desde cenários mais favoráveis até os mais desafiadores. Esse sistema desempenha um papel crucial ao alertar os consumidores finais sobre as condições do mercado energético.

A aplicação das Bandeiras Tarifárias está diretamente vinculada aos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras, os quais podem ser impactados por fatores como dificuldades hídricas, influenciando, conseqüentemente, o valor a ser faturado aos consumidores. Esse mecanismo aproxima a arrecadação prevista com as bandeiras aos custos incorridos no período de acionamento. Os eventuais custos não cobertos pela receita com bandeiras são considerados no processo tarifário subsequente.

Atualmente, existem quatro faixas de acionamento e adicionais de bandeiras determinados pela Resolução Homologatória nº 3.051 de 29 de junho de 2022: (i) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 97,95/MWh; (ii) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 65,00/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 29,89/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo. Durante todo o exercício de 2023, a bandeira tarifária verde se manteve vigente.

A receita reconhecida se refere aos valores recebidos através de repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

A redução observada no exercício de 2023 ocorreu devido à interrupção, a partir de 16 de abril de 2022, da cobrança da bandeira tarifária Escassez Hídrica nas faturas de energia elétrica, conforme determinações do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022. A bandeira tarifária Escassez Hídrica foi instituída por meio da Resolução nº 3/2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) com o objetivo de custear os gastos excepcionais do

## Resultados de 2023

acionamento de usinas térmicas e da importação de energia decorrentes do cenário de escassez hídrica vivenciado no exercício de 2021.

### 27.4.3 CDE Eletrobras

A receita reconhecida se refere aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

## 28. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

Composição	31/12/2023		31/12/2022	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>	<b>624.248</b>	<b>146.145</b>	<b>650.152</b>	<b>130.635</b>
<b>Suprimento de Energia Elétrica</b>	<b>624.248</b>	<b>159.789</b>	<b>650.152</b>	<b>143.970</b>
Energia Bilateral	119.079	27.787	100.017	22.063
Energia de Leilão	121.589	33.525	164.561	36.216
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	11.298	6.723	12.118	8.048
Energia de curto prazo - CCEE	-	11.331	-	(937)
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	122.242	26.672	92.608	18.893
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	20.581	6.980	21.867	7.475
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	123.047	19.874	141.923	18.161
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	106.412	22.969	117.058	34.051
Geração Distribuída - Lei 14.300/2022	-	3.928	-	-
<b>(-) Créditos de Tributos Recuperáveis</b>	<b>-</b>	<b>(13.644)</b>	<b>-</b>	<b>(13.335)</b>
PIS	-	(2.434)	-	(2.379)
Cofins	-	(11.210)	-	(10.956)
<b>Encargos de transmissão, conexão e distribuição</b>	<b>-</b>	<b>54.950</b>	<b>-</b>	<b>59.505</b>
<b>Encargos de transmissão, conexão e distribuição</b>	<b>-</b>	<b>60.588</b>	<b>-</b>	<b>65.480</b>
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Conexão	-	44.237	-	40.684
Transporte Itaipu	-	3.909	-	3.255
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	454	-	13.160
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	11.988	-	8.381
<b>(-) Créditos de Tributos Recuperáveis</b>	<b>-</b>	<b>(5.638)</b>	<b>-</b>	<b>(5.975)</b>
PIS	-	(1.006)	-	(1.066)
Cofins	-	(4.632)	-	(4.909)
<b>Total</b>	<b>624.248</b>	<b>201.095</b>	<b>650.152</b>	<b>190.140</b>

## 29. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Composição	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e administradores	29.1	41.703	37.027
Material		3.863	3.742
Serviços de terceiros	29.2	15.254	13.367
Depreciação e Amortização	29.3	14.160	13.974
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas		7.032	5.686
<b>Total</b>		<b>82.012</b>	<b>73.796</b>



## Resultados de 2023

### 29.1 Pessoal e administradores

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Pessoal</b>	<b>36.730</b>	<b>32.556</b>
Remuneração	23.224	20.584
INSS	6.429	5.796
FGTS	1.814	1.596
Previdência privada	932	798
Auxílio Alimentação	2.641	2.201
Despesas rescisórias	104	298
Outros benefícios	1.586	1.283
<b>Administradores (Diretoria e Conselho)</b>	<b>4.973</b>	<b>4.471</b>
Honorários	3.745	3.360
INSS	756	672
FGTS	219	203
Previdência privada	253	236
<b>Total</b>	<b>41.703</b>	<b>37.027</b>

### 29.2 Serviços de terceiros

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Consultoria	1.077	614
Auditoria	81	106
Assessoria jurídica	466	954
Comercial	332	300
Manutenção	2.397	1.663
Vigilância	264	248
Informática	924	617
Leitura de medidores e outros	8.043	7.332
Limpeza de faixas de servidão	1.652	1.522
Outros	18	11
<b>Total</b>	<b>15.254</b>	<b>13.367</b>

### 29.3 Depreciação e amortização

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Quota de depreciação do direito de uso no exercício	1.009	1.009
Depreciação – imobilizado	19.228	18.760
Amortização – intangível	117	113
Amortização - obrigações especiais	(5.427)	(5.230)
(-) Créditos de PIS e COFINS	(767)	(678)
<b>Total</b>	<b>14.160</b>	<b>13.974</b>

## Resultados de 2023

### 30. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim representado:

Resultado financeiro	Nota	31/12/2023			31/12/2022
		Receita	Despesa	Total	Total
<b>Operações com ativos e passivos financeiros setoriais</b>					
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	9	-	(1.621)	(1.621)	758
		-	(1.621)	(1.621)	758
<b>Operações com capitais de terceiros</b>					
Derivativos - <i>Swap</i>		-	-	-	(4.215)
Encargos de dívidas - moeda nacional		-	(1.260)	(1.260)	(964)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira		-	-	-	(103)
Variação cambial		-	-	-	2.708
Encargos - Arrendamentos	14.2	-	(451)	(451)	(528)
		-	(1.711)	(1.711)	(3.102)
<b>Operações com compra de energia elétrica</b>					
Encargos de liquidação do MCP - CCEE		4	(408)	(404)	(381)
		4	(408)	(404)	(381)
<b>Outras operações</b>					
Receita com aplicações financeiras		5.423	-	5.423	5.347
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida		5.881	-	5.881	6.207
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações		-	(39)	(39)	(163)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE		-	(505)	(505)	(558)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE		56	(596)	(540)	(327)
Atualização monetária de parcelamentos de tributos		-	(593)	(593)	(616)
Outras operações		418	(615)	(197)	(47)
Juros sobre o capital próprio	21	-	(12.178)	(12.178)	(11.260)
		11.778	(14.526)	(2.748)	(1.417)
<b>(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras</b>					
PIS		(77)	-	(77)	(92)
COFINS		(471)	-	(471)	(567)
		(548)	-	(548)	(659)
<b>Reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	21	-	12.178	12.178	11.260
<b>Resultado financeiro</b>		<b>11.234</b>	<b>(6.088)</b>	<b>5.146</b>	<b>6.459</b>

## Resultados de 2023

### 31. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

#### Balanço Patrimonial

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>							
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		45.662	-	45.662	49.301	-	49.301
Consumidores		55.226	-	55.226	41.027	-	41.027
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	172	-	172
Tributos compensáveis		2.822	-	2.822	2.129	-	2.129
Almoxarifado operacional		2.152	-	2.152	1.740	-	1.740
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	940	-	940
Despesas pagas antecipadamente		424	-	424	339	-	339
Reembolsos do fundo da CDE		27.366	-	27.366	2.968	-	2.968
Outros ativos circulantes		1.830	-	1.830	830	-	830
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>135.482</b>	<b>-</b>	<b>135.482</b>	<b>99.446</b>	<b>-</b>	<b>99.446</b>
<b>Ativo não circulante</b>							
Tributos compensáveis		3.832	-	3.832	1.154	-	1.154
Depósitos judiciais e cauções		494	-	494	34	-	34
Outros ativos não circulantes		556	-	556	1.195	-	1.195
Ativo financeiro indenizável	31.1	-	17.330	17.330	-	12.813	12.813
Ativo contratual	31.2	-	69.774	69.774	-	15.086	15.086
Intangível	31.3	-	138.797	138.797	-	130.353	130.353
Imobilizado	31.4	332.632	(332.632)	-	269.461	(269.461)	-
Intangível	31.5	3.006	(3.006)	-	1.865	(1.865)	-
Direito de uso de ativos		4.033	-	4.033	5.042	-	5.042
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>344.553</b>	<b>(109.737)</b>	<b>234.816</b>	<b>278.751</b>	<b>(113.074)</b>	<b>165.677</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>480.035</b>	<b>(109.737)</b>	<b>370.298</b>	<b>378.197</b>	<b>(113.074)</b>	<b>265.123</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores		28.702	-	28.702	25.353	-	25.353
Concessionárias e permissionárias		3.690	-	3.690	-	-	-
Arrendamentos		1.167	-	1.167	1.080	-	1.080
Empréstimos e financiamentos		1.576	-	1.576	640	-	640
Obrigações sociais e trabalhistas		7.890	-	7.890	9.849	-	9.849
Tributos		15.344	-	15.344	6.682	-	6.682
Dividendos		10.717	-	10.717	15.195	-	15.195
Encargos setoriais		6.176	-	6.176	5.629	-	5.629
Passivos financeiros setoriais		41.313	-	41.313	-	-	-
Consumidores		71	-	71	5.617	-	5.617
Outros passivos circulantes		6.738	-	6.738	2.596	-	2.596
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>123.384</b>	<b>-</b>	<b>123.384</b>	<b>72.641</b>	<b>-</b>	<b>72.641</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Arrendamentos		4.086	-	4.086	5.252	-	5.252
Empréstimos e financiamentos		39.732	-	39.732	368	-	368
Obrigações sociais e trabalhistas		1.868	-	1.868	-	-	-
Tributos		6.515	-	6.515	5.570	-	5.570
Tributos Diferidos	31.6	11.869	(9.981)	1.888	14.029	(12.017)	2.012
Provisões		531	-	531	356	-	356
Outros passivos não circulantes	31.7	856	(109)	747	1.156	(144)	1.012
Obrigações vinc. à concessão do serv. público de energia elétrica	31.8	80.274	(80.274)	-	77.587	(77.587)	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>145.731</b>	<b>(90.364)</b>	<b>55.367</b>	<b>104.318</b>	<b>(89.748)</b>	<b>14.570</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>269.115</b>	<b>(90.364)</b>	<b>178.751</b>	<b>176.959</b>	<b>(89.748)</b>	<b>87.211</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		150.000	-	150.000	135.000	-	135.000
Reservas de lucro	31.9	32.240	9.307	41.547	33.759	9.153	42.912
Outros resultados abrangentes	31.10	28.680	(28.680)	-	32.479	(32.479)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>210.920</b>	<b>(19.373)</b>	<b>191.547</b>	<b>201.238</b>	<b>(23.326)</b>	<b>177.912</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>480.035</b>	<b>(109.737)</b>	<b>370.298</b>	<b>378.197</b>	<b>(113.074)</b>	<b>265.123</b>

#### Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>							
Fornecimento de energia elétrica		179.553	-	179.553	199.692	-	199.692
Energia elétrica de curto prazo		4.234	-	4.234	5.230	-	5.230
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		241.843	-	241.843	196.068	-	196.068
Ativos e passivos financeiros setoriais		(35.166)	-	(35.166)	(32.511)	-	(32.511)

## Resultados de 2023

Serviços cobráveis		633	-	633	727	-	727
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		79.761	-	79.761	66.072	-	66.072
Valor justo do ativo financeiro indenizável	31.11	-	643	643	-	622	622
Receita de construção	31.12	-	28.912	28.912	-	19.316	19.316
Outras receitas operacionais	31.13	-	4.054	4.054	-	4.078	4.078
<b>Total da receita bruta</b>		<b>470.858</b>	<b>33.609</b>	<b>504.467</b>	<b>435.278</b>	<b>24.016</b>	<b>459.294</b>
<b>Tributos</b>							
ICMS		(58.953)	-	(58.953)	(58.425)	-	(58.425)
PIS-PASEP	31.13	(6.830)	(61)	(6.891)	(6.215)	(61)	(6.276)
COFINS	31.13	(31.458)	(281)	(31.739)	(28.627)	(280)	(28.907)
ISS	31.13	-	(109)	(109)	-	(107)	(107)
<b>Total dos tributos</b>		<b>(97.241)</b>	<b>(451)</b>	<b>(97.692)</b>	<b>(93.267)</b>	<b>(448)</b>	<b>(93.715)</b>
<b>Encargos - Parcela "A"</b>							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.972)	-	(1.972)	(1.408)	-	(1.408)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.168)	-	(1.168)	(1.408)	-	(1.408)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(56.013)	-	(56.013)	(58.140)	-	(58.140)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(405)	-	(405)	(377)	-	(377)
<b>Total encargos - Parcela "A"</b>		<b>(59.558)</b>	<b>-</b>	<b>(59.558)</b>	<b>(61.333)</b>	<b>-</b>	<b>(61.333)</b>
<b>Outras deduções da receita</b>							
Penalidades contratuais e regulatórias	31.17	-	(592)	(592)	-	(334)	(334)
<b>Total outras deduções da receita</b>		<b>-</b>	<b>(592)</b>	<b>(592)</b>	<b>-</b>	<b>(334)</b>	<b>(334)</b>
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>314.059</b>	<b>32.566</b>	<b>346.625</b>	<b>280.678</b>	<b>23.234</b>	<b>303.912</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>							
Energia elétrica comprada para revenda	31.16	(146.145)	(176)	(146.321)	(130.635)	(337)	(130.972)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(54.950)	-	(54.950)	(59.505)	-	(59.505)
Custo de construção	31.12	-	(28.912)	(28.912)	-	(19.316)	(19.316)
<b>Total custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(201.095)</b>	<b>(29.088)</b>	<b>(230.183)</b>	<b>(190.140)</b>	<b>(19,653)</b>	<b>(209.793)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>112.964</b>	<b>3.478</b>	<b>116.442</b>	<b>90.538</b>	<b>3.581</b>	<b>94.119</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>							
Pessoal e administradores		(41.703)	-	(41.703)	(37.027)	-	(37.027)
Material		(3.863)	-	(3.863)	(3.742)	-	(3.742)
Serviços de terceiros		(15.254)	-	(15.254)	(13.367)	-	(13.367)
Seguros		(656)	-	(656)	(477)	-	(477)
Doações, contribuições e subvenções		(276)	-	(276)	(60)	-	(60)
Provisões		(1.601)	-	(1.601)	(1.028)	-	(1.028)
(-) Recuperação de despesas		636	-	636	619	-	619
Tributos		(620)	-	(620)	(766)	-	(766)
Depreciação e amortização	31.14	(14.160)	4.346	(9.814)	(13.974)	4.725	(9.249)
Gastos diversos	31.17	(6.585)	592	(5.993)	(5.945)	332	(5.613)
Outras receitas operacionais	31.13	3.603	(3.603)	-	3.629	(3.629)	-
Outras despesas operacionais	31.15	(1.533)	1.000	(533)	(1.658)	778	(880)
<b>Total custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(82.012)</b>	<b>2.335</b>	<b>(79.677)</b>	<b>(73.796)</b>	<b>2.206</b>	<b>(71.590)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>30.952</b>	<b>5.813</b>	<b>36.765</b>	<b>16.742</b>	<b>5.787</b>	<b>22.529</b>
<b>Resultado financeiro</b>							
Despesas financeiras	31.16	(6.088)	(239)	(6.327)	(11.080)	(674)	(11.754)
Receitas financeiras		11.234	415	11.649	17.539	1.012	18.551
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>5.146</b>	<b>176</b>	<b>5.322</b>	<b>6.459</b>	<b>338</b>	<b>6.797</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>36.098</b>	<b>5.989</b>	<b>42.087</b>	<b>23.201</b>	<b>6.125</b>	<b>29.326</b>
Imposto de renda	31.6	(7.260)	2.737	(4.523)	(1.306)	(1.531)	(2.837)
Contribuição social	31.6	2.160	(4.773)	(2.613)	(942)	(551)	(1.493)
Participações estatutárias		(3.497)	-	(3.497)	(2.975)	-	(2.975)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>27.501</b>	<b>3.953</b>	<b>31.454</b>	<b>17.978</b>	<b>4.043</b>	<b>22.021</b>

### 31.1 Ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes da contabilização, na contabilidade societária, da expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

### 31.2 Ativo contratual

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária da expectativa de direito de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto no CPC47/IFRS15, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

### 31.3 Intangível

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária da expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema

## **Resultados de 2023**

de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

### **31.4 Imobilizado**

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

### **31.5 Intangível**

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do intangível vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

### **31.6 Tributos**

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária, bem como dos tributos diferidos sobre o ativo financeiro indenizável que não são registrados na contabilidade regulatória.

### **31.7 Outros passivos não circulantes**

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo da reserva para reversão com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido. Essa Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

### **31.8 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido.

### **31.9 Reservas de lucro**

Os ajustes são decorrentes da parcela do lucro oriunda do reconhecimento do ativo financeiro indenizável e suas atualizações (Diferença de Valor Novo de Reposição - VNR). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

### **31.10 Outros resultados abrangentes**

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária.

### **31.11 Valor justo do ativo financeiro indenizável**

Os ajustes são decorrentes dos registros na contabilidade societária do ativo financeiro da concessão e suas atualizações.

### **31.12 Receita e custo de construção**

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, que não é adotada para fins da contabilidade regulatória.

### **31.13 Outras receitas operacionais, PIS-PASEP, Cofins e ISS**

Os ajustes são decorrentes da reclassificação, na contabilidade societária, das outras receitas operacionais e tributos incidentes sobre elas para a receita operacional líquida.

### **31.14 Depreciação e amortização**

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

### **31.15 Outras despesas operacionais**

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária, quando da baixa de bens, da parcela relativa à reavaliação compulsória do ativo imobilizado e intangível registrada na contabilidade regulatória.

### **31.16 Despesas financeiras e reversão dos juros sobre o capital próprio**

Os ajustes são decorrentes da reclassificação, na contabilidade regulatória, da variação cambial sobre a energia comprada de Itaipu para os custos não gerenciáveis.

## Resultados de 2023

### 31.17 Penalidades contratuais e regulatórias

Os ajustes são decorrentes da contabilização, na contabilidade societária, das penalidades contratuais e regulatórias como redutoras da receita operacional líquida, conforme CPC 47/IFRS 15.

### 31.18 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

<b>Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Patrimônio líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>191.547</b>	<b>177.912</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>	<b>19.373</b>	<b>23.326</b>
Reserva de retenção de lucros – Diferença de VNR	(9.307)	(9.153)
Outros resultados abrangentes – Reserva de reavaliação regulatória	28.680	32.479
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>210.920</b>	<b>201.238</b>

### 31.19 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

<b>Conciliação do lucro líquido societário e regulatório</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>31.454</b>	<b>22.021</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>	<b>(3.953)</b>	<b>(4.043)</b>
Depreciação e amortização – Reavaliação regulatória compulsória	(4.346)	(4.725)
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(643)	(622)
Perdas na desativação de bens e direitos – Reavaliação regulatória compulsória	(1.000)	(778)
Tributos diferidos	2.036	2.082
<b>Lucro (prejuízo) líquido regulatório</b>	<b>27.501</b>	<b>17.978</b>

## 32. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 32.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Nota	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	45.662	45.662	49.301	49.301
Consumidores e concessionárias e permissionárias	06/16	2	55.226	55.226	41.199	41.199
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	2	-	-	940	940
Repasse CDE	10	2	27.366	27.366	2.968	2.968
			<b>128.254</b>	<b>128.254</b>	<b>94.408</b>	<b>94.408</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	15	2	28.702	28.702	25.353	25.353
Concessionárias e permissionárias	16	2	3.690	3.690	-	-
Arrendamentos	14.2	2	5.253	5.253	6.332	6.332
Passivos financeiros setoriais, líquidos	9	2	41.313	41.313	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	2	41.308	41.308	1.008	1.008
Encargos setoriais	22	2	6.176	6.176	5.629	5.629
			<b>126.442</b>	<b>126.442</b>	<b>38.322</b>	<b>38.322</b>

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado.



### 32.2 Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio.

Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio.

Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### 32.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, que se encontram detalhados a seguir:

##### • Risco cambial

O risco cambial surge devido à possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, o que pode resultar em perdas para a Companhia, especialmente em situações de valorização de moedas estrangeiras em relação ao Real.

A Companhia enfrenta exposição ao risco de variação cambial, especificamente relacionado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica adquirida de Itaipu. No entanto, é relevante destacar que os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor através da tarifa, utilizando o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

Adicionalmente, com o objetivo de proteger o resultado e o fluxo de caixa da Companhia contra oscilações nas taxas de câmbio, em 31 de dezembro de 2021, a empresa possuía uma operação de instrumento derivativo cambial para a dívida em moeda estrangeira, vinculada ao Euro. Essas operações foram liquidadas no ano de 2022, e após essa data, não foram firmados novos instrumentos derivativos, visto que nenhum outro contrato em moeda estrangeira foi realizado.

##### • Risco de taxa de juros e variações monetárias

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou em outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras referentes a empréstimos, financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

## Resultados de 2023

Para mitigar esse risco, a empresa adota uma abordagem proativa, realizando monitoramento constante das taxas de juros de mercado. O objetivo é avaliar a eventual necessidade de contratar proteção contra a volatilidade dessas taxas, visando reduzir a exposição a mudanças abruptas e imprevistas nos custos de financiamento ou nos retornos de aplicações financeiras.

Além disso, a Companhia implementou uma análise de sensibilidade para mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a esses riscos. A análise busca estimar o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress, mantendo outras variáveis constantes.

No cenário provável, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras, incorporando variações nos indicadores: CDI/Selic de 9,00% e IPCA de 3,86%, conforme previsto na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 19 de janeiro de 2024. Por sua vez, os cenários II e III, consideram uma degradação de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco primário do instrumento financeiro em comparação ao nível empregado no cenário provável. Essa análise é conduzida como resposta a eventos extraordinários que possam impactar o cenário econômico.

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa no exercício</u>	<u>Saldo Exposição</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	Queda CDI/Selic	9,00%	38.707	3.484	(871)	(1.742)
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Aumento IPCA	3,86%	(41.949)	(1.619)	405	810
Parcelamento de tributos	Aumento CDI/Selic	9,00%	(6.114)	(550)	138	275
Passivos financeiros setoriais, líquidos	Aumento CDI/Selic	9,00%	(41.313)	(3.718)	930	1.859

### 32.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir seus compromissos nos respectivos vencimentos. Para mitigar esse risco, a gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente medidas que incluem o alongamento dos prazos dos empréstimos e financiamentos, a desconcentração dos vencimentos e a diversificação de instrumentos financeiros.

O monitoramento contínuo do fluxo de caixa permite identificar eventuais necessidades de captação de recursos com antecedência suficiente para estruturação e escolha das melhores fontes. No caso de haver sobras de caixa, a Companhia realiza aplicações financeiras com o objetivo de preservar sua liquidez.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 38.707 (R\$ 45.494 em 31 de dezembro de 2022).

## Resultados de 2023

A seguir são apresentados os fluxos de caixa contratados, em 31 de dezembro de 2023:

Passivos financeiros	2024	2025	2026	2027	2028	2029+
<b>Não derivativos</b>						
Fornecedores	28.702	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	3.690	-	-	-	-	-
Arrendamentos	1.167	1.259	1.359	1.468	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.576	2.238	2.238	2.238	2.238	30.780
Encargos setoriais	6.176	-	-	-	-	-

### 32.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Esse risco está relacionado principalmente aos grupos descritos a seguir:

#### • Consumidores

O contrato de concessão de distribuição estabelece a prestação de serviços de forma abrangente dentro da área de concessão e impede que aspectos relacionados à renda sejam utilizados para recusar novos consumidores. Embora essa regra limite a consideração de fatores de risco de inadimplência para novos clientes, a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, sendo a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes a principal delas.

Adicionalmente, a Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, incluindo call center, lojas de atendimento presencial, internet e aplicativo. Isso permite ao consumidor a possibilidade de negociar permanentemente os valores em aberto.

O risco de a Companhia incorrer em perdas devido à dificuldade de receber os valores faturados de seus clientes é considerado baixo. Esse baixo risco de crédito é atribuído à grande diversificação dos clientes atendidos pela empresa.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2023, considerado adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R\$ 3.883 (R\$ 2.894 em 31 de dezembro de 2022).

#### • Instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. Adicionalmente, todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que possuem características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI e não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

### • Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais derivam das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e os incluídos na tarifa no início do período tarifário, em comparação com os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas da Companhia e incorpora esses ativos nas mesmas. Além disso, o contrato de concessão também garante que a Companhia será indenizada pelos saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa, decorrente da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

#### 32.2.4 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica.

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no Mercado de Curto Prazo – MCP. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

#### 32.2.5 Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na Nota Explicativa nº 17.1. Até 31 de dezembro de 2023 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os financiamentos na respectiva Nota Explicativa nº 17.1. Essas garantias contratuais são o máximo que

## Resultados de 2023

a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

### 32.2.6 Risco regulatório

Por se tratar de uma atividade regulamentada e fiscalizada pelo órgão regulador e outras entidades relacionadas ao setor, a Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos. Qualquer alteração no ambiente regulatório pode exercer impacto sobre suas atividades. Para mitigar os riscos regulatórios, a Companhia realiza o monitoramento constante dos cenários que envolvem o negócio.

### 32.2.7 Risco hidrológico

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e conseqüentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

### 32.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida (caixa líquido) da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Total de empréstimos e financiamentos	41.308	1.008
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.662)	(49.301)
<b>Caixa líquido</b>	<b>(4.354)</b>	<b>(48.293)</b>
Total do patrimônio líquido ("PL")	210.920	201.238
<b>Caixa líquido / PL</b>	<b>-2%</b>	<b>-24%</b>

### 33. Benefícios pós emprego

A Companhia atua como patrocinadora do plano de benefícios complementares de aposentadoria destinado exclusivamente a empregados e diretores, com a modalidade de Contribuição Definida. Este plano é gerido pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), uma entidade fechada de previdência complementar.

O Plano de Contribuição Definida caracteriza-se por envolver a contribuição fixa da entidade patrocinadora a uma entidade separada (fundo de pensão), sem a obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para cobrir todos os benefícios devidos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 33 (R1), a Companhia registra contabilmente os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta. Isso ocorre porque a obrigação anual da entidade patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, dispensando, assim, a necessidade de avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e eliminando a possibilidade de variações atuariais.

As obrigações referentes às contribuições ao plano de Contribuição Definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços correlatos são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são registradas como ativo na medida em que haja a possibilidade de reembolso de caixa ou redução em pagamentos futuros.

Cabe destacar que as obrigações são mensuradas com base não descontada, a menos que não vençam integralmente dentro de doze meses após o término do período em que os empregados prestam os serviços.

No exercício de 2023, as contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores totalizaram R\$ 1.185 (R\$ 1.034 em 2022).

### 34. Saldo e transações entre partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia incluem seus acionistas, empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração. As principais transações realizadas entre partes relacionadas, reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar, juntamente com as receitas e/ou custos/despesas correspondentes, estão associadas a arrendamentos de imóveis, contratos de utilização do sistema de distribuição e transmissão de energia, compra de energia elétrica, bem como à prestação de serviços relacionados a operação e manutenção das atividades da Companhia. As transações derivadas das operações em ambiente regulado são faturadas conforme os critérios e definições estabelecidos pela ANEEL.

Parte relacionada	Tipo de transação	Vencimento	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
				2023	2022	2023	2022
Santa Maria Participações S/A	Arrendamentos	2024	(a)	(5.253)	(6.332)	(1.460)	(1.537)
<b>Total – Arrendamentos</b>				<b>(5.253)</b>	<b>(6.332)</b>	<b>(1.460)</b>	<b>(1.537)</b>
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	2024	(b)	-	-	(2.920)	(7.332)
Santa Maria Soluções Ltda.	Prestação de serviços	2024	(b)	-	-	(5.123)	-
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	n/a	(c)	-	-	11	10
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Prestação de serviços	n/a	(c)	-	-	8	7
Santa Maria Energética S/A	Prestação de serviços	n/a	(c)	-	-	10	6
Santa Maria Soluções Ltda.	Prestação de serviços	2023	(d)	-	-	(568)	(306)
<b>Total - Prestação de serviços</b>				<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.582)</b>	<b>(7.615)</b>
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Compra de energia elétrica	2034	(e)	(3.385)	(1.723)	(27.787)	(22.063)
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Encargo de transmissão	n/a	(f)	-	-	101	96
<b>Total - Operações com energia elétrica</b>				<b>(3.385)</b>	<b>(1.723)</b>	<b>(27.686)</b>	<b>(21.967)</b>
Santa Maria Participações S/A	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	12	-	-	-
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	7	-	-	-
Ângelo Arpini Coutinho	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	12	-	-	-
Arthur Arpini Coutinho	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	19	-	-	-
Martina Hulle da Silveira Coutinho	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	1	-	-	-
Henrique Barbieri Coutinho	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	2	-	-	-
<b>Total – Ordem de dispêndio a reembolsar</b>				<b>53</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>				<b>(8.585)</b>	<b>(8.055)</b>	<b>(37.728)</b>	<b>(31.119)</b>

- (a) Refere-se aos contratos de arrendamento de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reaviso, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. A partir do mês de maio de 2023 a parte contratada foi alterada, e o referido contrato passou a ser executado pela Santa Maria Soluções Ltda., controlada integral da Santa Maria Participações S/A.
- (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.
- (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de instalação de sistema de comunicação, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas, e previamente anuído pela ANEEL conforme Despacho nº 184, de 23 de janeiro de 2023. Além disso, abrange o contrato de prestação de serviços relacionados à manutenção elétrica, treinamentos técnicos e divulgação de projetos vinculados ao Programa de Eficiência Energética (PEE), cujo objeto é dispensado de anuência prévia pelo órgão regulador.
- (e) Refere-se ao contrato de compra de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado nos termos do Despacho ANEEL nº 2.666/2020.
- (f) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição – MUSD.

## Resultados de 2023

- (g) Refere-se, principalmente, a montantes relativos ao rateio de prêmios de seguro consolidados em uma única apólice. Os valores registrados são reembolsados no mês em que o dispêndio ocorre, não afetando, portanto, o resultado nem o fluxo de caixa da Companhia.

### 34.1 Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia, ao longo dos exercícios de 2023 e 2022, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

<b>Administradores (Diretoria e Conselho)</b>	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Honorários		3.745	3.360
INSS		756	672
FGTS		219	203
Previdência privada		253	236
Participações estatutárias	(a)	3.497	2.975
<b>Total</b>		<b>8.470</b>	<b>7.446</b>

- (a) **Participações estatutárias:** desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores, baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	34.951	24.996
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.291)	(1.751)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>31.660</b>	<b>23.245</b>
Participações estatutárias (10%) – Observado o art. 152, § 1º da LSA	2.732	2.324
INSS sobre participações estatutárias (20%)	546	465
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	219	186
<b>Participações estatutárias</b>	<b>3.497</b>	<b>2.975</b>



## Resultados de 2023

### 35. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Limite de Indenização	
			31/12/2023	31/12/2022
Risco operacional	(a)	29/09/2024	74.054	70.766
Responsabilidade civil geral	(b)	29/09/2024	2.000	2.000
Responsabilidade civil de administradores e diretores		28/12/2024	20.000	-
<b>Total</b>			<b>96.054</b>	<b>72.766</b>

(a) **Risco operacional:** cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.

(b) **Responsabilidade civil geral:** cobertura securitária para danos materiais e morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Além das apólices de seguro relacionadas, a Companhia também assegura cobertura para a frota, proporcionando aos terceiros afetados em casos de sinistro proteção contra danos pessoais e/ou materiais ocorridos.

#### 35.1 Despesas pagas antecipadamente

O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	31/12/2023	31/12/2022
Risco operacional	284	243
Responsabilidade civil	24	22
Frota	106	74
Responsabilidade civil de administradores e diretores	10	-
<b>Total</b>	<b>424</b>	<b>339</b>

### 36. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil						
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030
2025 a 2054	128.354	135.413	142.861	150.718	159.008	167.753	3.096.704

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2023, e foram homologados pela ANEEL.

\* \* \*

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Cícero Machado de Moraes**  
Presidente

**Miguel Coutinho Coelho da Silva**  
Vice-Presidente

**Fernando Antonio Moreira Calaes**  
Membro Independente

**Renata Barbieri Coutinho**  
Membro

**Angelo Arpini Coutinho Filho**  
Membro

---

**DIRETORIA**

---

**Arthur Arpini Coutinho**  
Diretor-Presidente

**Angelo Arpini Coutinho**  
Diretor Vice-Presidente

**Angelo André Bosi**  
Diretor

---

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## CARTA DE APROVAÇÃO

### Declaração sobre a aprovação das demonstrações contábeis para fins regulatórios e relatório dos auditores independentes

Os diretores e o contador da Companhia declaram que as demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis para fins regulatórios da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis para fins regulatórios da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Colatina, 25 de abril de 2024.

---

#### DIRETORIA

---

**Arthur Arpini Coutinho**  
Diretor-Presidente

**Angelo Arpini Coutinho**  
Diretor Vice-Presidente

**Angelo André Bosi**  
Diretor

---

#### DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Colatina - ES, 25 de abril de 2024.

Concessionária: Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

Arthur Arpini Coutinho  
Diretor-Presidente  
CPF: 014.479.637-68

Angelo André Bosi  
Diretor  
CPF: 071.701.147-04

Carlos Alberto Lima  
Contador – CRC: ES/009263/O-2  
CPF: 035.273.247-47

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019**

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

....

XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

### **CÓDIGO PENAL**

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da  
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.  
Colatina - ES

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Normativa nº 933 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### ***Demonstrações financeiras societárias***

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 19 de março de 2024, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024

Mazars Auditores Independentes  
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque  
CRC CE019775/O-9 T-RJ